

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita cobra MEIs que deram calote..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Loria vê chance de redução "brutal" da sonegação..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cenário externo exige atenção com fiscal, alerta FDC..... 7

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça manda governo dar isenção do IR à idosa..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Blindagem para previdência privada (Editorial)..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça suspende regra do INSS que atraía bancos para leilão..... 13

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Derrubada carência para empréstimo a aposentados..... 14

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Acordo muda forma de cobrança de impostos..... 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

Norma que acaba com carência para consignado é derrubada..... 18

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3..... 19

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS E BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Vende-se: paz do aposentado por R\$ 24 bi..... 21

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Outubro rosa: saiba como funciona isenção do Imposto de Renda a pessoas com câncer de
mama ou já curadas da doença..... 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Quais os direitos do trabalhador que sofre de ansiedade?..... 24

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma muda regra para servidor federal..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Campos Neto defende "choque fiscal" para juro menor 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tesouro Direto registra recorde em agosto 27

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Se o tema são bets, minha aposta é na educação (Artigo) 28

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Reflexos do PL que propõe maior tributação para bebidas e tabaco - MOVIMENTO
ECONÔMICO**

..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado projeta inflação no teto 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A urgência da Reforma Administrativa (Artigo) 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Desancoragem da inflação se acentua e impõe desafio ao BC 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Juros dependem de equilíbrio fiscal, diz Campos Neto 36

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juro baixo por mais tempo demanda choque fiscal positivo, diz Campos 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado já vê inflação em 4,5%, teto da meta no ano 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Riscos fiscais e geopolíticos pautam reunião do FMI 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Commodities puxam aceleração de prévia do IGP-M 40

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Vendas do Tesouro Direto têm maior valor da história 41

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva previsão da inflação de 4,39% para 4,5% 42

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
ECONOMIA

Mercado eleva previsão da inflação de 4,39% para 4,50% 43

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Projeções sobem para inflação e PIB deste ano44

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar à vista fecha em queda de 0,15%, a R\$ 5,690 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Por que o Ocidente deveria estar mais atento à alta do ouro46

Receita cobra MEIs que deram calote

Os Microempreendedores Individuais (MEIs) que foram notificados sobre pendências com a **Receita Federal** ou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devem regularizar suas dívidas até o dia 31 de outubro para evitar a exclusão do Simples Nacional por inadimplência em janeiro de 2025.

A Receita notificou mais de 1,8 milhão de devedores do Simples Nacional entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro. Desses, cerca de 1,21 milhão eram MEIs, e 750 mil eram tanto microempresas (ME) quanto Empresas de Pequeno Porte (EPPs). Ao todo, o grupo soma uma dívida de R\$ 26,7 bilhões.

A notificação da Receita foi feita com a liberação dos termos de exclusão e dos respectivos relatórios de pendências do Simples Nacional e MEI.

De acordo com o portal do Fisco, são mais de 16,2 milhões de MEIs em todo o Brasil. O número de notificados, portanto, é pouco menos de 10% da totalidade dos contribuintes no país.

Como regularizar

Para evitar a exclusão em 1º de janeiro de 2025, o contribuinte deve regularizar todos os débitos, por meio de pagamento à vista ou parcelamento, no prazo de 30 dias a contar da data de ciência do termo de exclusão.

A ciência é contada a partir da primeira leitura do documento, caso a mensagem tenha sido acessada dentro de 45 dias. Por isso, quem fez leitura nos primeiros dias de notificação têm cerca de dez dias para finalizar a regulamentação.

Caso a primeira leitura seja feita após esse prazo, a ciência sobre o termo é contada a partir do 45º dia de disponibilização do documento.

O termo de exclusão e outros documentos disponibilizados pela Receita podem ser acessados pelo Portal do Simples Nacional ou pelo Portal e-CAC do site da **Receita Federal do Brasil**, via acesso gov.br.

Contestação

Aqueles que fizerem o pagamento da dívida no prazo indicado terão o cancelamento do termo de exclusão feito de forma automática, conforme garante a RF.

Quem quiser contestar o termo deverá fazer o pedido ao delegado de julgamento da **Receita Federal do Brasil**, via internet. A orientação do processo pode ser acessada com detalhes no site da Receita.

SAIBA MAIS

» O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de **tributos** aplicável a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

» Por meio dele, empresas conseguem unificar o pagamento de diferentes **tributos**, como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS) e contribuição patronal para Previdência.

» O ingresso no regime exige que as empresas cumpram as seguintes condições:

» Enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;

» Cumprir os requisitos previstos na legislação (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006);

» Formalizar a opção pelo Simples Nacional.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/publ/jornaldebrasil/?edicao=17745>

Loria vê chance de redução "brutal" da sonegação

Marta Watanabe De São Paulo

O modelo operacional como um todo da **reforma tributária**, que inclui documento fiscal eletrônico, apuração pré-preenchida e split payment, tem potencial "brutal" de redução da sonegação e fraudes e pode contribuir para carga menor do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), diz Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**.

Segundo ele, o governo estima potencial de redução de R\$ 150 bilhões ao ano. O valor, diz, corresponde a cerca de 3 pontos percentuais (p.p) na alíquota do IVA. "Cada ponto percentual na alíquota do IVA corresponde a cerca de R\$ 50 bilhões. Eu diria que um dos principais objetivos desse modelo, no fim do dia, é arrecadar mais de quem não está pagando direito e, com isso, conseguir uma alíquota de referência menor para todos os contribuintes", diz Loria.

As declarações foram dadas em participação de Loria em evento promovido em São Paulo pelo Núcleo de Direito Tributário da FGV Direito SP sobre **reforma tributária** e o setor de tecnologia.

"O split payment é uma das grandes inovações tecnológicas do texto", diz Loria, referindo-se ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024. O projeto, que tramita no Senado, traz a proposta de regulamentação dos dois **tributos** que representarão o IVA na forma dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de recolhimento federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será administrado por Estados e municípios, conforme estabelecido na EC 132/2023, da **reforma tributária**.

Com o PLP 68/2024, diz Loria, "ficou claro que, quanto mais se arrecada de quem não está pagando, e quanto menos exceções e benefícios fiscais temos, menor é a alíquota de referência. No final do dia, o bolo da arrecadação permanece estável".

O split payment, explica Loria, tem três modelos previstos no projeto de lei complementar. Segundo ele, o governo trabalha com o split inteligente como regra. "O que é o split inteligente? É um split em que o valor retido e que fica com o governo é o mesmo valor que aquela empresa desembolsaria em dinheiro para fazer o pagamento do tributo. Ou seja, se aquela empresa tem créditos a abater dos seus débitos, esse montante

que ela vai usar em crédito não pode ser retido via split." Loria explica que o o split payment inteligente tem duas submodalidades: o "super inteligente" e o "inteligente". Na liquidação de uma venda ao consumidor final, por exemplo, o split "super inteligente" permite o pagamento imediato e automático ao varejista da sua parcela relativa ao crédito de IVA. No "inteligente", essa parcela é recolhida num primeiro momento ao Comitê Gestor do IBS e à **Receita Federal** e, após verificação, a devolução do valor da parte do crédito do IVA pertencente ao varejista é paga em até três dias úteis.

"Achamos que esse prazo deva ser até mais curto do que três dias úteis. Com o sistema rodando direitinho, isso será possível. A liberação rápida é importante para a própria aderência do split na sociedade. Se começar a ter retenção pelo governo de dinheiro que não pertence ao governo, isso é dramático." Há também o "split simplificado", diz Loria. Nesse sistema, o varejista tem um percentual de IVA pré-fixado e segregado no split.

Pode ser aplicado, por exemplo, para empresas do Simples que não se apropriam de crédito." Nesse caso, o split servirá como uma antecipação do tributo devido no final do período de apuração. "Essas retenções e antecipações entram na apuração, é feito um encontro de contas contra o valor devido e a diferença é recolhida." Uma das ideias estudadas no caso do split payment simplificado, diz Loria, é estabelecer uma tabela de percentuais considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) do IBGE. Essa definição, diz ele, deve ter "uma gordura" e ter "calibragem conservadora", para não haver "retenção excessiva".

A expectativa, diz Loria é que em 2026 o split payment já possa ser testado. "2026 é um ano de testes na **reforma tributária**. Então temos que ter o split rodando, o que é um desafio tecnológico. Achamos que é possível chegar lá e testar o sistema como um todo e também continuar nesse processo de instrução e de preparação das empresas para o sistema novo. Haverá um investimento pesado em tecnologia durante todo esse período, tanto por parte do governo, quanto por parte dos desenvolvedores, quanto por parte das empresas." A expectativa do governo, diz Loria, é que o PLP 68/24 seja aprovado até o fim do ano. "Ficamos por conta do tempo do Congresso, mas

tudo que a gente tem trabalhado e ouvido e conversado conduz a essa perspectiva de aprovação até o fim do ano. Ano que vem, 2025, será de muito trabalho na parte operacional e também de interpretações. Temos conversado sobre a abordagem do Fisco com o contribuinte, para tentar fazer uma abordagem mais instrutiva, mais proativa." Nesse sentido, diz, uma das possibilidades estudadas é a edição de instruções ou soluções de consulta, como os "pareceres normativos de antigamente" que norteavam o cálculo de tributos federais, como o IPI.

Expectativa do diretor é que em 2026 o split payment já possa ser testado

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188019>

Cenário externo exige atenção com fiscal, alerta FDC

Marcelo Osakabe De São Paulo

Um cenário externo bastante adverso tem grandes chances de ocorrer em 2025, somando riscos geopolíticos, desaceleração de parceiros comerciais importantes como a China e incertezas sobre o rumo da economia dos Estados Unidos, que vê as chances de recessão em alta. O Brasil, nesse cenário, precisará fazer a lição de casa na questão fiscal se não quiser ser pego em situação ainda mais vulnerável, avaliam professores da Fundação Dom Cabral (FDC) em apresentação ao Valor.

"Existem muitos indicadores que apontam 60% de chance de ter uma recessão nos Estados Unidos. Tanto que o Federal Reserve [Fed, o banco central americano] já começou a baixar os juros mesmo sem inflação controlada e o que vemos depois disso é que talvez ela não esteja tão controlada como gostariam", diz o professor Paulo Vicente, que cobre as áreas de estratégia e gestão pública na FDC.

"Os juros americanos são, ao mesmo tempo, altos demais para não trazer algum tipo de problema de quebra-deira e baixos demais para baixar a inflação. O Fed está numa sinuca de bico, mas pode ser obrigado a optar por baixar mais os juros para segurar essa recessão", avalia.

Esse cenário, na visão do especialista, é complicado por dois fatores, em sua opinião: o primeiro é a chance de tombo dos mercados financeiros americanos após uma sequência de anos positivos, precipitada por uma bolha que tem origem na superestimação de receitas vindas de inteligência artificial. O segundo é a eleição americana, que pode gerar riscos inflacionistas independentemente do vencedor.

"Se Donald Trump for eleito novamente, ele sinaliza um protecionismo maior, o que significa mais inflação. Kamala Harris, por sua vez, apoia um gasto maior, a continuação do Build Back Better do presidente Joe Biden, que também é inflação. Então é como se você pudesse escolher qual tipo de inflação quer", diz Paulo Vicente. Além disso, Trump vem com promessas de deixar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e também tem suas questões com a China, acrescenta o professor da FDC.

"A gente tem boas suspeitas sobre o que Trump vai

fazer. Mas eu vejo que está todo mundo tão preocupado com ele que ninguém parou para entender direito o que a vice-presidente Harris tem como plataforma. Tanto na economia quanto no cenário externo", acrescenta o consultor político Creomar de Souza, que é professor convidado na FDC. "A Lituânia [membro da Otan], por exemplo está implodindo pontes e colocando barreiras na fronteira com a Rússia. O que a Kamala pensa a respeito? A China pode aproveitar esse momento conturbado para invadir Taiwan.

Qual a posição de Kamala?" A China é outro ponto de atenção desse quadro, diz Vicente. "O [presidente] Xi Jinping anunciou recentemente um pacote para estimular a economia, mas já deixou avisado que o ano que vem vai ser complicado. Existem ainda outros riscos geopolíticos - é o que não falta neste momento.

Um conflito no Oriente Médio levando o petróleo a US\$ 200 o barril, uma crise entre China e Filipinas, China e Taiwan levando a um bloqueio do país. Em casos como esses, as exportações do Brasil ficam muito prejudicadas." Diante desse contexto, é importante que o Brasil tome ações na direção de não ser visto como vulnerável, avalia Souza, que é CEO da consultoria política Dharma. A questão, segundo ele, é que o sistema político não quer resolver a questão fiscal, principal calcanhar de Aquiles do país.

"Como me disse uma vez um congressista, as regras fiscais elas já nascem mortas, porque o sistema político não se importa com o fiscal. Da construção da regra de ouro, passando pelo teto de gastos e chegando ao arcabouço fiscal, o que a gente tem em termos práticos? Narrativas muito bem estabelecidas, às vezes mais bem aceitas por parcela dos atores, como o discurso do [ex-ministro da Economia, Paulo] Guedes era pela Faria Lima. A experiência de Lula faz ele acreditar no consumo sustentando crescimento, o binômio picanha-cervejinha, então para o [ministro Fernando] Haddad, fica a tarefa de passar no Congresso e conquistar a Faria Lima através de uma agenda centrada na arrecadação", diz Vicente.

"Só que o governo não conseguiu fazer essa combinação com o Congresso Nacional, porque os parlamentares têm outras prioridades - a retroalimentação de seu poder e seus projetos de reeleição.

Os prefeitos, por exemplo, vão assumir já tendo na sua conta o fato de que o Congresso está muito sensível ao alívio das suas eventuais pendências, como fizeram com a desoneração da folha previdenciária." Neste contexto difícil, continua, a saída para a equipe econômica tem sido a "dobradinha" com o Judiciário para conseguir vitórias que ajudem no controle de gastos, como na questão do voto de qualidade do **Carf**. Outro ponto em que o Supremo Tribunal Federal (STF) vem ajudando, na visão do consultor político, é sobre a interpretação de despesas fora da meta de primário como foi no caso dos recursos para combater os efeitos da seca no meio do ano.

A questão segundo ele, é que não se sabe até quando vai essa aliança entre Executivo e Judiciário e também reconhecer que o ciclo eleitoral de 2026 já começa a ter seus contornos iniciais feitos pelos resultados das eleições municipais.

Em meio a todas essas dificuldades, um ponto positivo que saiu das eleições municipais para o governo federal, pondera Vicente, foi o renascimento do MDB e PSD. "De certa forma, dá certa sensação de que a polarização passou, as pessoas cansaram e querem resultados. Isso pode devolver alguma margem de manobra ao governo no Congresso." Um último fator que pode trazer dor de cabeça ao governo federal é que, a partir de 2026, muita coisa vai começar a mudar por causa da **reforma tributária**, diz o professor Eduardo Menicucci.

"As principais fontes de arrecadação das prefeituras e Estados não ficarão mais sob o controle direto deles. Então haverá um enorme acampamento em Brasília de lobbies para tentar não perder receita."

Cenário externo bastante adverso tem grandes chances de ocorrer em 2025, dizem especialistas

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188019>

Justiça manda governo dar isenção do IR à idosa

Eliane Proscholdt

Em dezembro de 2022, a pensionista Regina Celia Cunha Gomes, de 73 anos de idade, foi diagnosticada com neoplasia maligna (câncer do ovário), estágio 5, o mais avançado na classificação numérica.

Regina não é aposentada, e o dinheiro que recebe é proveniente de pensão do marido, que morreu há sete anos. Como todo mês eram descontados cerca de R\$ 1.300 de Imposto de Renda, sua família, amparada na lei, decidiu ingressar na Justiça para pedir a isenção, o que foi acatado recentemente.

Autor da ação, o advogado previdenciário João Eugênio Modenesi Filho contou ainda que a União Federal foi condenada a restituir a pensionista de forma retroativa, ou seja, desde 3 de dezembro de 2022, data em que foi diagnosticada com a doença.

"Sobre os valores a serem restituídos deverá incidir atualização monetária com base na taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), nos termos da presente decisão", declarou o juiz federal Alexandre Miguel.

O advogado explicou que caso dela, "o nível de provas foi tão contundente gerado pelo SUS (Sistema Único de Saúde) que, excepcionalmente, o magistrado não pediu que a minha cliente fosse submetida perícia médica", contou o advogado, destacando que o valor deverá ser executado em breve.

CASOS

Este não é o único caso de pessoas que recorrem à Justiça em busca dos seus direitos à isenção. Somente em seu escritório, João Eugênio diz que são cerca de 30 casos, entre ações ajuizadas e com decisões proferidas. "Dá uma média de três casos por mês".

Outro caso que foi julgado foi de um aposentado de 82 anos que trabalhou em uma mineradora no Estado. Ele foi diagnosticado com hepatopatia crônica, também conhecida como cirrose.

"Ele já tinha feito transplante e acabou morrendo durante o período que a ação estava tramitando. Ele ganhou a ação com base nos laudos médicos que

tinha. Como era viúvo, os três filhos receberam o valor retroativo: R\$ 70.837.0 pagamento foi em janeiro deste ano", contou o advogado.

Já nos casos ainda em tramitação está o de uma pensionista de 77 anos, que em agosto de 2018 recebeu o diagnóstico de doença renal crônica. Exames de imagem identificaram um cisto no rim esquerdo.

"A doença sempre se mostrou extremamente agressiva, expondo a autora (da ação) a um pesado e contínuo tratamento médico que lhes geram uma série de efeitos colaterais, bem como uma rotina de internações e sessões de hemodiálises", disse o advogado.

"Por mês, são ajuizadas uma média de três ações com pedidos de isenção de Imposto de Renda"

João Eugênio Modenesi Filho, advogado previdenciário

EM TRAMITAÇÃO

Aposentado com Alzheimer pede a isenção

Depois de 35 anos trabalhando em um banco, chegou a hora da aposentadoria. de viajar e curtir a vida ao lado da família.

Mas há quatro anos. ao ir para uma padaria, o aposentado, que tem 70 anos. esqueceu o cachorro da família, como conta a esposa, chorando. Era um sinal. Ao ser submetido a avaliação médica e exames, como ressonância, veio a comprovação que deixou a família sem chão: ele foi diagnosticado com Alzheimer.

Com um laudo médico, a família decidiu recorrer à Justiça para pedir isenção do imposto de renda.

Agora começa um outro capítulo, já que a Justiça determinou que a mulher fosse curadora dele. "A isenção do imposto de renda é importante, porque remédio pesam muito no bolso e consultas médicas", disse a aposentada, que é acompanhada pelo advogado João Eugênio Modenesi Filho.

REGINA CELIA tinha um desconto mensal de R\$ 1.300 em sua pensão

JAQUELINE CUNHA GOMES FILHA DA IDOSA

"Vai ajudar nos remédios"

Rodeada por carinho, a pensionista Regina Celia Cunha Gomes, de 73 anos, requer de cuidados paliativos para amenizar o seu sofrimento.

Esses cuidados incluem remédios, alimentação apropriada para o seu quadro, itens de higiene pessoal, além ter um acompanhamento diário de uma cuidadora.

Quem falou sobre a situação da pensionista foi a sua filha, a depiladora Jaqueline Cunha Gomes, de 43 anos.

A TRIBUNA - Como foi a descoberta do diagnóstico da sua mãe?

JAQUELINE CUNHA GOMES - Foi há dois anos. Ela tem um câncer maligno de ovário com metástase no peritônio. Ela nunca trabalhou fora, era dona de casa e vive de pensão do meu pai.

Só que os gastos são muito grande, o custo é alto com remédios, fralda, alimentação, cuidadora.

Hoje em dia ela está bem debilitada e precisa de acompanhamento 24 horas.

A minha mãe já passou por cirurgia e quimioterapia.

O imposto de renda que vem descontado por mês é em tomo de RS 1,3 mil.

Apesar dos gastos, não abrimos mão de dar todo o conforto para ela.

Por isso decidiram pedir a isenção na Justiça?

Sim. Na verdade, a gente não sabia que ela tinha esse direito. Foi então que o advogado João Eugênio Modenesi Filho explicou sobre os direitos para quem tem determinada doença e decidimos ingressar com uma ação na Justiça.

Ainda não recebemos, mas estamos na expectativa de receber. Esse dinheiro será muito bem-vindo e vai ajudar a pagar remédios e demais gastos da mamãe.

REGINA com a filha Jaqueline

TIRE AS DÚVIDAS

1 Contribuinte com doença grave está desobrigado de apresentar a declaração?

NÃO. A isenção relativa à doença grave especificada em lei não desobriga. por si só. o contribuinte de apresentar declaração.

2 Quais as condições para usufruir do direito à isenção do Imposto de Renda?

TEM QUE SER APOSENTADO (qualquer tipo) e/ou receber pensão por morte ou se militar, estar na reserva ou reforma e ter uma doença grave listada na lei 7.713/88.

3 De acordo com essa lei, quais são as doenças que dão direito a isenção?

AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

ALIENAÇÃO Mental

CARDIOPATIA Grave

CEGUEIRA (inclusive monocular)

CONTAMINAÇÃO por Radiação

DOENÇA de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante)

DOENÇA de Parkinson

ESCLEROSE Múltipla

ESPONDILOARTROSE Anquilosante

FIBROSE Cística (Mucoviscidose)

HANSENÍASE

NEFROPATIA Grave

HEPATOPATIA Grave

NEOPLASIA Maligna

PARALISIA Irreversível e Incapacitante

TUBERCULOSE Ativa

4 Quais os documentos devo apresentar para comprovar meu direito?

É NECESSÁRIO laudo médico pericial oficial e documento que comprove a aposentadoria e/ou pensão.

0 LAUDO DEVE ser emitido preferencialmente pelo serviço médico oficial da fonte pagadora do

contribuinte.

5 Laudo pericial expedido por entidade privada vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS) é documento comprobatório de doença grave?

NÃO. Somente podem ser aceitos laudos periciais expedidos por instituições públicas, independentemente da vinculação destas ao SUS.

OS LAUDOS PERICIAIS expedidos por entidades privadas não atendem à exigência legal e, portanto, não podem ser aceitos, ainda que o atendimento decorra de convênio referente ao SUS.

ENTENDE-SE por laudo pericial o documento emitido por médico legalmente habilitado ao exercício da profissão de medicina, integrante de serviço médico oficial da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, independentemente de ser emitido por médico investido ou não na função de perito, observadas a legislação e as normas internas específicas de cada ente.

6 Ao ingressar com uma ação na Justiça e a sentença ser favorável ao autor (doente), os valores descontados podem ser retroativos a quantos anos?

CONTAM a partir da data do diagnóstico. comprovado em laudo, e devem ser retroativos há cinco anos.

Fonte: **Receita Federal** c advogados Camila Ferreira e João Eugênio Modenesi Filho.

Blindagem para previdência privada (Editorial)

Participantes do fundo de pensão dos servidores federais do Executivo e do Legislativo, a Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público da União (Funpresp- Exe), lançaram abaixo-assinado pedindo a criação de um perfil conservador de investimentos para assegurar a aposentadoria e proteger o patrimônio dos contribuintes do fundo. A iniciativa diz muito sobre a desconfiança que se espalha entre **servidores públicos** sobre o modo como o governo Lula da Silva tenta fazer dos fundos de pensão financiadores de políticas públicas lulopetistas.

As 233 entidades fechadas de **previdência complementar**, mais conhecidas como fundos de pensão, administram recursos que, no primeiro semestre deste ano, atingiram R\$ 1,3 trilhão, ou 11,4% do **PIB** brasileiro, de acordo com estatísticas da associação que as representa, a Abrapp. A Funpresp-Exe não é a mais representativa nem a mais influente delas, mas, com patrimônio de mais de R\$ 10 bilhões, ocupa um importante 18.º lugar no ranking.

É certo que, como destacou reportagem do Estadão, as 1,7 mil assinaturas reunidas até agora representam apenas uma fração dos 113,9 mil participantes ativos do fundo. Mas o temor de interferência política da gestão lulopetista sobre os fundos não é exclusivo dos participantes da Funpresp-Exe. É um temor justificado, diante do interesse recorrente do governo de usar recursos dos fundos - especialmente os ligados direta ou indiretamente à União, como os fundos patrocinados por estatais - para financiar políticas públicas.

O governo precisa de recursos não só para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas também para o financiamento imobiliário, por causa da perda crescente de dinheiro da poupança, fonte tradicional para o setor. Assim, os fundos de pensão seriam uma saída para bancar essas despesas em um Orçamento estrangulado.

Em agosto, quando foi lançado o abaixo-assinado, Lula da Silva reuniu-se em Brasília com os presidentes da Previ (Banco do Brasil), da Petros (Petrobras), da Funcef (Caixa) e do Postalís (Correios), e um dos temas da conversa foi a proposta de resolução da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) para a inclusão de debêntures

de infraestrutura entre os tipos de aplicação que podem ser feitos pelos fundos.

Previ, Petros e Funcef administram ativos de mais de meio trilhão de reais e seguem regras que restringem aplicações em investimentos de maior risco para garantir o pagamento futuro de aposentados, pensionistas e dependentes, que é, afinal, o objetivo primeiro dos fundos de pensão. Aposentados e contribuintes de Petros e Funcef sentem no bolso, ainda hoje, prejuízos de investimentos malfeitos em gestões petistas passadas, especialmente no governo de Dilma Rousseff. Somente a Previ não precisou cobrar contribuições extras ou reduzir o valor de benefícios.

O idealizador do abaixo-assinado, Jorge Moisés, servidor do Ministério do Planejamento, alega que a tentativa de reforçar a prudência nos investimentos não tem viés político ou ideológico. É tão somente uma blindagem de segurança.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Justiça suspende regra do INSS que atraía bancos para leilão

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) invalidou uma norma do **INSS** desenhada para dar mais atratividade ao leilão da folha de pagamentos dos beneficiários do órgão, marcado para hoje. A decisão do desembargador Flávio Jardim, assinada no domingo, derrubou uma regra que dava exclusividade de três meses, ao futuro responsável pela folha, na concessão de crédito consignado.

O leilão selecionará os bancos responsáveis por pagar os benefícios do **INSS** que serão concedidos de 2025 a 2029. O órgão não informou se o leilão está mantido.

As instituições financeiras têm interesse no processamento de folhas de pagamentos porque é uma forma de captar clientes -por isso, pagam para prestar o serviço. Quando a folha é do setor público, são clientes em potencial com estabilidade no emprego. O crédito consignado é um dos serviços oferecidos.

A decisão judicial foi tomada a pedido da Associação Brasileira de Bancos (ABBC). O governo ainda pode recorrer.

Uma portaria de 11 de setembro derrubou a carência de 90 dias, a partir do recebimento do benefício, para o usuário solicitar crédito consignado. Esse tipo de empréstimo é mais barato porque tem desconto direto no salário ou benefício, o que serve de garantia para quem empresta. A mesma portaria diz que, nos 90 dias iniciais, o beneficiário só pode tomar consignado no banco no qual está recebendo.

A portaria tem relação direta com o leilão, porque cria um mercado cativo para os vencedores. A medida tinha como objetivo aumentar o interesse pela folha do **INSS** e, assim, elevar a arrecadação do leilão - inicialmente estimada em R\$ 1,5 bilhão, poderia chegar a R\$ 3 bilhões por ano.

A decisão do desembargador do TRF-1 derrubou a portaria e, assim, na prática, volta a valer a carência de 90 dias.

Para a ABBC -que representa bancos de médio porte -, a medida do **INSS** criaria um monopólio, violando a livre concorrência. Na ação judicial, o **INSS** argumentou que o bloqueio temporário não impede a livre concorrência, porque, após o término desse período, a portabilidade do crédito é permitida sem qualquer restrição. O órgão reitera que não há favorecimento de bancos no processo de contratação.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

LIVRE CONCORRÊNCIA

Derrubada carência para empréstimo a aposentados

BRASÍLIA

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região invalidou norma do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) desenhada para dar mais atratividade ao leilão da folha de beneficiários do órgão, marcada para hoje.

Com a derrubada da norma, volta a valer a carência de três meses para que o aposentado possa pegar empréstimo consignado com outro banco que não seja o que faça o pagamento de seu benefício.

Uma decisão do desembargador Flávio Jardim derrubou a regra que dava exclusividade na concessão de consignado nos primeiros três meses de aposentadoria.

O leilão da folha contrata bancos para pagarem os novos benefícios da Previdência a ser concedidos de 2025 a 2029. Esses bancos remuneram o governo para fazer o serviço. A decisão foi tomada a pedido da Associação Brasileira de Bancos (ABBC). O governo pode recorrer.

Uma portaria publicada em 11 de setembro derrubou a carência de 90 dias, a partir do recebimento do benefício, para o usuário solicitar crédito consignado, mais barato porque tem desconto direto na folha de pagamento. Mas, a mesma portaria diz que, durante os três meses iniciais, o aposentado só pode tomar empréstimo no banco no qual está recebendo o benefício.

A portaria tem relação direta com o leilão, porque cria um mercado direto para os bancos. A medida tem como principal objetivo valorizar a folha do **INSS** e elevar a arrecadação do leilão, inicialmente estimada em R\$ 1,5 bilhão, para até R\$ 3 bilhões por ano.

Segundo a ABBC - que representa bancos de médio porte - a medida do **INSS** cria um monopólio temporário, violando a livre concorrência e os direitos dos consumidores. A consequência são taxas de juros mais altas, em prejuízo da competitividade no mercado de crédito consignado, diz a entidade.

Entre os argumentos do **INSS**, que está na decisão do TRF, é que o bloqueio temporário de 90 dias não impede a livre concorrência entre as instituições financeiras, "mas sim resguarda os beneficiários de

práticas predatórias, garantindo-lhes um prazo razoável para ponderar suas opções de crédito".

O leilão da folha do **INSS** vem sendo feito desde 2009, com validade por cinco anos. Os vencedores podem pagar o benefício e, em contrapartida, vender produtos bancários a esses clientes por até 20 anos ou até o fim do benefício.

"Aos aposentados só serão ofertadas condições de empréstimo uma única instituição, monopolista nos 90 dias"

Trecho da decisão

PRÉDIO DO **INSS** em Brasília: norma visava dar vantagem à instituição vencedora do leilão da folha de pagamentos

Concessão automática

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) informou que, desde sexta-feira, já está sendo feita de forma automática a concessão judicial de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) - tanto previdenciários, quanto por acidentes - e de aposentadorias por invalidez.

A automação é fruto de uma parceria entre o **INSS** e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de agilizar as concessões judiciais por meio da ferramenta INSSJUD. Segundo, o presidente do **INSS**, Alessandra Stefanutto, as primeiras sentenças levaram minutos para serem implantadas.

"As primeiras concessões levaram apenas um minuto desde a sentença da juíza até a efetiva concessão. Em quatro minutos, a informação já constava nos autos do processo - afirmou Stefanutto.

Para que o benefício seja implantado automaticamente, é necessário que a decisão do juiz siga um padrão que permita ao INSSJUD "ler" as informações.

Além do nome do titular do benefício, a espécie de concessão, a data de início e a duração do auxílio, o documento deve incluir a Renda Mensal Inicial (RMI), que servirá como parâmetro para que o sistema capture as informações e processe o benefício

automaticamente.

STEFANUTTO: Implantação

Acordo muda forma de cobrança de impostos

Larissa Almeida REPORTAGEM

Os baianos que devem **impostos** estaduais, como ICMS e IPVA, e têm dívida de até R\$ 10 mil deixarão de entrar na Dívida Ativa até que todos os recursos extrajudiciais para a cobrança do débito sejam esgotados. Acordo nesse sentido foi assinado ontem pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), e pela desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

O Acordo de Cooperação Técnica foi assinado no auditório do TJ-BA, por volta das 12h. Segundo o presidente do STF, o documento tem o intuito de colocar em prática o processo de "desjudicialização" da vida brasileira, que passa, dentre outros caminhos, por uma forma alternativa de cobrar as dívidas tributárias. A expectativa é que mais de 10 milhões de execuções fiscais sejam extintas em todo o Brasil.

"Nós temos mais de 83 milhões de processos em curso no país. Não há estrutura que dê conta [...] Editamos, no CNJ, uma resolução que prevê a extinção de todas as execuções fiscais de até R\$ 10 mil, que não tenha bens penhora-dos ou citação do devedor", destacou Barroso.

Em dezembro do ano passado, um acordo semelhante foi feito entre o CNJ, TJ-BA, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA) e a Procuradoria Geral do Município de Salvador (PGM-Salvador). O documento previa a redução da quantidade de processos em tramitação no TJ-BA, por meio da desistência de processos sem potencial de recuperação do crédito executado. Desde então, 205.307 processos foram baixados, conforme informou a desembargadora Cynthia Resende.

Antes da Resolução 547/2024 do CNJ, dívidas de até R\$ 10 mil recebiam o mesmo peso jurídico de débitos maiores. Agora, dívidas abertas até esse valor não será judicializado de imediato. Antes de serem cobrados judicialmente, os devedores terão direito à negociação direta, protestos em cartório e até a inscrição do débito em cadastros de inadimplentes, como SPC e Serasa.

Apesar da ampliação do leque de opções, o advogado

Helder Santos, especialista em Direito Tributário, alerta que os débitos de até R\$10 mil só deixarão de entrar na dívida ativa se não tiverem passado por julgamento de mérito. "A dívida continua a existir até ser extinta por outra forma, como a prescrição, pois a ideia é estimular outros meios de cobrança e composição, visando desafogar os tribunais", explica.

Para que uma execução fiscal já ajuizada seja extinta, o débito deve ser inferior a R\$ 10 mil, o processo não deve ter sido movimentado há um ano, nem haver perspectivas de bens para penhora.

AUTOMATIZAÇÃO

O acordo também estabelece a automatização do fluxo de processos judiciais através do compartilhamento de bancos de dados, informações, tecnologias e métodos de pesquisa. Segundo a desembargadora Cynthia Maria Resende, a realização desse intercâmbio vai fazer com que as cinco varas públicas administrativas de Salvador tenham as demandas 'desafogadas'. "Cada uma dessas varas tem na faixa de 25 mil processos. Então, esse acordo vai facilitar a criação do Núcleo de Justiça 4.0, que é um núcleo digital que vai reunir os processos mais antigos do TJ- BA para serem julgados por um grupo de juízes e servidores. Acredito que vai ser positivo, já que visa agilizar os processos", afirma. A automação se dará por meio da integração entre a Plataforma Digital do Poder Judiciário e os sistemas eletrônicos utilizados pelas procuradorias, que devem viabilizar o gerenciamento em massa dos processos judiciais, a exemplo da disponibilização de informações relativas às certidões de óbito, de ônus reais e escrituras públicas.

Por fim, o acordo tem como premissa a racionalização da justiça, uma vez que pretende fazer a identificação de ações de elevado impacto fiscal, de forma a permitir a priorização ou até a resolução do conflito pela celebração de transação, ou negócio jurídico processual.

10 milhões de execuções fiscais devem ser extintas em todo o Brasil quando o mesmo acordo estiver valendo em todos os tribunais

1,8 mil baianos devem a órgãos federais

Na Bahia, 1.824 devedores estão inscritos na Dívida Ativa da União por falta de pagamento de débitos com órgãos públicos federais, como a Receita e o **INSS**, e por inadimplência de créditos não tributários, como FGTS, multas e créditos compulsórios. De acordo com o Pannel de Dados da dívida Ativa da União e do FGTS da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, atualizado em setembro, as contas públicas do país deixaram de receber R\$ 1,2 bilhão por causa das dívidas dos baianos. A Secretaria da Fazenda da Bahia não informou o número de contribuintes inscritos na Dívida Ativa estadual.

O advogado Helder Santos, especialista em Direito Tributário, aponta que o débito mais comum é o de natureza tributária. "Esse envolve todos os contribuintes, ou seja, pessoa física e jurídica. Os demais, de natureza não tributária, possuem um rol restrito de devedores", esclarece.

O contribuinte que está inscrito na Dívida Ativa pode ter o nome inscrito em órgãos de restrição ao crédito, como o SPC ou Serasa, ou ser cobrado judicialmente, quando estará sujeito a ter bens penhorados e ativos financeiros bloqueados.

Helder Santos orienta quais caminhos podem ser trilhados para quem quer sair desse tipo de inadimplência. "Se o valor for devido, [é recomendado] sempre buscar uma negociação para quitar, especialmente a transação, que pode gerar descontos consideráveis. Se o valor for, no todo ou em parte, discutível, [é aconselhável] procurar um advogado tributarista".

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Norma que acaba com carência para consignado é derrubada

BRASÍLIA - O Tribunal Regional Federal da 1a Região invalidou uma norma do **INSS** que foi desenhada para dar mais atratividade ao leilão da folha de beneficiários do órgão. Uma decisão do desembargador Flávio Jardim, assinada no domingo, derrubou a regra que dava exclusividade na concessão de crédito consignado nos primeiros três meses de aposentadoria.

práticas predatórias, garantindo-lhes um prazo razoável para ponderar suas opções de crédito". t

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

O leilão da folha contrata bancos para pagar os novos benefícios da **Previdência Social** que serão concedidos de 2025 a 2029. Esses bancos remuneram o governo para fazer esse serviço. A decisão foi tomada a pedido da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), e o governo pode recorrer.

Uma portaria publicada em 11 de setembro derrubou a carência de 90 dias, a partir do recebimento do benefício, para o usuário solicitar crédito consignado. Esse empréstimo é mais barato porque tem desconto direto na folha de pagamento. Porém, a mesma portaria diz que, durante os três meses iniciais, o aposentado só pode tomar empréstimo no banco onde está recebendo o benefício.

A portaria tem relação com o leilão, porque cria um mercado direto para os bancos. A medida tem como objetivo valorizar a folha do INSS e elevar a arrecadação do leilão, inicialmente estimada em R\$ 1,5 bilhão, para até R\$ 3 bilhões por ano. O de-

FREIO

Após decisão judicial, volta a valer a carência de 90 dias para novos beneficiários do **INSS** sem bargador derrubou a portaria e, assim, na prática, volta a valer a carência de 90 dias.

Segundo a ABBC - que representa bancos de médio porte - a medida do **INSS** cria um monopólio temporário, violando a livre concorrência e os direitos dos consumidores aposentados e pensionistas: "A consequência são taxas de juros mais altas, em prejuízo da competitividade no mercado de crédito consignado", diz a entidade.

Entre os argumentos do **INSS**, que está na decisão do TRF, um deles é que o bloqueio temporário de 90 dias não impede a livre concorrência entre as instituições financeiras, "mas sim resguarda os beneficiários de

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (22) a parcela de outubro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 678,46. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,73 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,03 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes de abril a junho, do Amazonas e do Acre, afetados pela seca, receberam o pagamento do Bolsa Família de forma unificada no dia 18, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado também beneficiou 62 municípios do Amazonas, 52 de Rondônia e 22 do Acre afetados pela estiagem e pela vazante dos rios; 45 municípios de São Paulo atingidos por incêndios florestais e oito municípios de Sergipe afetados por fortes chuvas.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema

(reprodução dos peixes).

Regra de proteção

Cerca de 2,88 milhões de famílias estão na regra de proteção em outubro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até 2 anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,42.

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 200 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 400 mil famílias foram incluídas no programa em outubro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta terça-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 3. O valor subiu para R\$ 104 neste mês.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada

(BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

Vende-se: paz do aposentado por R\$ 24 bi

Rômulo Saraiva

Embora não tenha finalidade lucrativa, de 2009 para cá o **INSS** descobriu uma excelente fonte de renda: a venda da folha de pagamento dos aposentados. Os bancos se estapeiam para pagar R\$ 6 bilhões por ano e ter o direito de efetivar mensalmente o pagamento de cerca de 437 mil benefícios previdenciários.

O país é dividido em 26 lotes, considerando o número de concessões por microrregião. No leilão, vence quem paga mais. O problema é que nessa transação vai de brinde o sossego do aposentado. Sem sua aquiescência, seus dados pessoais terminam sendo compartilhados com outros bancos, quando não caem nas mãos de estelionatários para a prática de fraudes contra os próprios aposentados.

Do ponto de vista financeiro, é ótimo para o **INSS** e os bancos. A terceirização da folha é renovada a cada 5 anos, pelo custo de R\$ 24 bilhões. Se o número de concessões crescer, o valor aumenta. Mas tudo é usado apenas em gastos administrativos.

Já os bancos, conquanto não divulguem com clareza seus ganhos, se investem tanto embolsam muito mais. Em entrevista à Folha, o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, mencionou que só o mercado de empréstimo movimenta mais de R\$ 200 bilhões.

A lógica do banco é fisgar o novo cliente em potencial. O público-alvo do **INSS**, formado por pessoas em vulnerabilidade social, é justamente o perfil de consumir produtos do menu bancário. Desde a tarifa mensal da conta até empréstimos, cartão de crédito, cheque especial, capitalização, seguros e previdência privada.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Dessa dinheirama toda, o aposentado não fica com nada. Dependendo do banco vencedor da região, ainda é mal atendido. O **INSS** não tem sido muito criterioso nos quesitos conforto ao cliente, segurança e idoneidade da instituição. Têm financeiras que se habilitam na licitação, mas tolhida de boa infraestrutura. Sem bateria de caixa, salão de atendimento, porta-giratória e até vigilantes.

Mesmo no caso de grande banco assumir uma região,

nas cidades que não existam agências ou postos bancários quem responderá pelo atendimento serão os correspondentes bancários dedicados e exclusivos, alguns com estrutura pequena e sem tanta segurança.

Outro ponto curioso é que algumas financeiras, que estão no certame, são conhecidas por práticas abusivas contra os aposentados, como publicidade enganosa, empréstimos fraudulentos, violação dos limites de juros e de endividamento.

Não bastasse tudo isso, uma terceirização dessa magnitude permitirá que diferentes matizes de pessoas, desde o gerente do banco até o estagiário da financeira, acessem dados pessoais e sensíveis. Parece óbvio que o risco de vazamento potencializa. Coincidência ou não, o número de fraudes evoluiu. Em 2023 dados oficiais do governo mostram que o número de golpes contra idosos aumentou mais de 70% no país, se comparado a 2022.

Se antes já era difícil o **INSS**, sozinho, controlar os dados. O que dizer agora? Não é por outra razão que, a cada nova concessão, o aposentado é assediado imediatamente por diferentes bancos oferecendo mútuo. Esta abordagem simultânea e cíclica confirma a fuga dos dados.

Embora a paz seja um bem de valor inestimável, a do aposentado é comercializada pelo **INSS** sem ele ganhar absolutamente nada com isso

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/10/vende-se-paz-do-aposentado-por-r-24-bi.shtml>

Outubro rosa: saiba como funciona isenção do Imposto de Renda a pessoas com câncer de mama ou já curadas da doença

Por Thiliane Leitões, g1 PR - Curitiba

Pessoas aposentadas, pensionistas e militares reservistas diagnosticadas com câncer de mama, mesmo que já curadas da doença, têm direito à isenção do Imposto de Renda (IR). O benefício está previsto em lei desde 1988. Veja a seguir como solicitar.

? Siga o canal do g1 PR no WhatsApp? Siga o canal do g1 PR no Telegram

Estudo do Instituto Nacional do Câncer (Inca) calcula que o Paraná deve registrar 36.900 novos casos de câncer, anualmente, de 2023 a 2025, totalizando mais de 110 mil ocorrências até o final do próximo ano.

Além do câncer de mama, a isenção também é concedida a pacientes com qualquer tipo de câncer maligno ou àqueles com alguma das 14 doenças graves listadas abaixo:

Moléstia profissionalTuberculose ativaAlienação mental (esquizofrenia, transtorno bipolar, retardo mental grave, psicoses graves em estado crônico e residual, demências)Esclerose múltiplaCegueira por hanseníaseParalisia irreversível e incapacitanteCardiopatia graveDoença de ParkinsonEspondiloartrose anquilosanteNefropatia graveHepatopatia graveEstados avançados da doença de Paget (osteíte deformante)Contaminação por radiaçãoSíndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada

Leia mais:

Tragédia na BR-376: Polícia investiga se caminhão perdeu freios antes de tombar sobre van e matar integrantes de time de remoVÍDEO: Motoboy pula de moto e se salva de ser atropelado por caminhão no ParanáAtaque em bar: Justiça inocenta e determina internação de homem que matou empresário e esfaqueou pessoas em Curitiba

Como pedir o benefício?

A advogada Jackeline Dias, especialista na área

tributária com foco em isenção do Imposto de Renda, orienta que, para conseguir a isenção, é preciso comprovar a doença com documentos médicos, como atestados, laudos ou relatórios.

Segundo ela, o pedido pode ser feito por via judicial ou administrativa, ou seja, com o auxílio de um advogado ou diretamente na fonte pagadora, que, neste caso, geralmente é o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A recomendação da advogada é que o processo seja conduzido por um profissional para que o beneficiário tenha direito inclusive aos pagamentos retroativos e à isenção vitalícia.

A gente sempre orienta que seja feito esse pedido na via judicial, porque o contribuinte vai conseguir a isenção de forma vitalícia. Então, uma vez concedida essa isenção, é para sempre. O contribuinte vai deixar de pagar Imposto de Renda para o resto da sua vida. Outro benefício econômico também concedido na via judicial é que esse contribuinte tenha direito a recuperar o retroativo dos valores já pagos dos últimos cinco anos, diz.

Pedido por conta própria

Caso o contribuinte decida fazer o requerimento por conta própria, deverá seguir os seguintes passos:

1º Fazer o pedido pela internet

Acessar o site Meu **INSS** ou baixar o aplicativo Meu **INSS** para android ou iOSClicar no botão "Novo Pedido"Digitar o nome, CPF e data de nascimento se não estiver logado e buscar na barra de procura "Isenção de Imposto de Renda"Leia o texto que aparece na telaAvance seguindo as instruções, preenchendo os dados e anexando documentos comprobatórios da doença.

2º Comparecer à perícia médica, se for chamado

A pessoa poderá ser chamada para realizar perícia médica, em local, dia e horário marcados pelo próprio **INSS**. No dia da perícia, o solicitante deve mostrar

documentos de identificação com foto (RG, CNH ou CTPS) e todos os documentos médicos (atestado, laudo ou relatório) com exames originais.

É possível encontrar a agência do **INSS** mais próxima da residência do contribuinte no site do Meu **INSS**. O tempo estimado de espera nas agências é de até 30 minutos, segundo a página do gov.br.

3º Acompanhar a resposta

Para acompanhar e receber a resposta do processo, a pessoa deverá:

Acessar o Meu INSSClicar no botão "Consultar Pedidos"Encontrar o processo na listaPara ver mais detalhes, clicar em Detalhar .

O tempo de retorno referente ao benefício acontece, em média, após 30 dias corridos, de acordo com o gov.br.

Os vídeos mais assistidos do g1 PR:

Site:

<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/10/22/outubro-rosa-saiba-como-funciona-isencao-do-imposto-de-renda-cancer-de-mama-doenca-grave.ghtml>

Quais os direitos do trabalhador que sofre de ansiedade?

A ansiedade é um transtorno mental que afeta milhões de pessoas ao redor do mundo. Com o aumento da conscientização sobre os impactos que essa condição tem na vida pessoal e profissional, os direitos das pessoas com ansiedade ganharam relevância nos últimos anos.

Ansiedade é uma reação natural do corpo ao estresse, mas quando se torna intensa e constante, pode evoluir para um transtorno. A ansiedade crônica afeta o desempenho nas atividades cotidianas, causando dificuldades no trabalho, nos estudos e nos relacionamentos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o país com o maior número de pessoas ansiosas no mundo, o que reforça a necessidade de discutir os direitos dessas pessoas. Reconhecida como doença pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças), a ansiedade abre portas para que trabalhadores com essa condição grave possam acessar benefícios previdenciários e trabalhistas, como o auxílio-doença e, em casos extremos, a aposentadoria por invalidez.

No ambiente de trabalho, trabalhadores com ansiedade têm diversas garantias. Aqueles que sofrem de crises graves que prejudicam o desempenho laboral podem solicitar o afastamento temporário. Esse afastamento é amparado pelo auxílio-doença, que exige a comprovação da incapacidade temporária por meio de laudos médicos. Nos primeiros 15 dias de afastamento, a remuneração é de responsabilidade da empresa, e, após esse período, o **INSS** assume os pagamentos.

Outro direito relevante é a estabilidade no emprego. Quando a ansiedade é causada por condições de trabalho, como assédio moral, pressão excessiva ou ambientes inadequados, a doença pode ser caracterizada como ocupacional. Nesse caso, o trabalhador tem direito à estabilidade por até 12 meses após o retorno ao trabalho. Durante esse período, a empresa não pode realizar a demissão sem justa causa. Em alguns casos, a ansiedade pode ser considerada um acidente de trabalho, desde que seja provado que a doença foi causada pelas condições laborais. Nesses casos, além da estabilidade, o trabalhador pode ter direito a indenizações por danos morais.

Indenizações por danos morais são aplicáveis quando

a ansiedade é causada por ações diretas da empresa, como o assédio moral. O assédio moral no ambiente de trabalho é uma das principais causas de transtornos de ansiedade, configurando-se quando há exposição repetida a situações humilhantes ou constrangedoras. Em casos mais graves, é possível também solicitar a rescisão indireta, que ocorre quando a empresa comete uma falta grave, permitindo que o empregado se desligue sem perder seus direitos trabalhistas.

Além dos direitos trabalhistas, a ansiedade também garante direitos previdenciários. O auxílio-doença é o principal benefício para trabalhadores que estão temporariamente incapazes de exercer suas funções devido à ansiedade. Para solicitar, é necessário apresentar um laudo médico que comprove a gravidade da condição. Em casos mais graves e permanentes, o trabalhador pode pleitear a aposentadoria por invalidez, que também depende da perícia médica do **INSS**.

O **INSS** oferece ainda outros benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), destinado a pessoas com deficiência ou idosos em situação de vulnerabilidade, mesmo que não tenham contribuído para o **INSS**. Dependendo da gravidade da ansiedade e das condições de vida do indivíduo, esse benefício pode ser solicitado.

Lidar com a ansiedade pode ser desafiador, mas é fundamental buscar ajuda médica e jurídica. Psiquiatras e psicólogos são os profissionais mais indicados para tratar a condição. Se a ansiedade está afetando o desempenho no trabalho ou a qualidade de vida, buscar a orientação de um advogado trabalhista é essencial para garantir os direitos assegurados por lei. Com a informação certa e o suporte adequado, é possível encontrar soluções que ajudem a melhorar a qualidade de vida e a saúde mental.

(*) João Valença é advogado e cofundador do VLV Advogados, referência na área do Direito do Trabalho.

Site: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude-mental/quais-os-direitos-do-trabalhador-que-sofre-de-ansiedade,e51f954c9ce30584bb49ed612b6f948672fjr9c.html>

Reforma muda regra para servidor federal

Rodrigo Péret

O governo federal pretende fazer uma ampla reforma administrativa, com a construção de uma nova legislação que venha substituir um decreto-lei de 1967, que havia sido instituído durante o regime militar e que ainda hoje "dispõe sobre a organização da administração federal."

Segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), o propósito é tomar a legislação compatível com a Constituição Federal. Para isso, o MGI e a Advocacia Geral da União (AGU) criaram uma comissão formada por mais de uma dezena de especialistas, entre juristas, **servidores públicos**, pesquisadores e acadêmicos.

O grupo tem até 12 meses após a instalação da comissão, até abril de 2025, para elaborar a proposta de revisão do decreto-lei.

Além da encomenda na alteração do decreto, já com 57 anos, o MGI editou em agosto uma portaria fixando diretrizes das carreiras do serviço público.

A norma estabelece princípios e orientações gerais que os órgãos públicos deverão seguir para apresentar as suas propostas de reestruturação de cargos, carreiras e planos. "Ela é o primeiro instrumento normativo desde a Lei 8.112 de 1990", enfatiza José Celso Cardoso Jr., secretário de Gestão de Pessoas do MGI, em referência ao Estatuto do Servidor.

Cardoso Jr confirmou que "o governo federal já está fazendo uma reforma administrativa na prática."

Segundo ele, a reforma está "em ação" desde 2023 e ocorre "por meio de uma série de medidas de natureza infraconstitucional e incrementais que já vem sendo adotadas, para melhorar a estrutura e as formas de funcionamento da administração pública."

Para o secretário, iniciativas somadas como o concurso público nacional unificado e a realização do dimensionamento da força de trabalho, para quantificar e definir os perfis mais adequados de servidores do governo, e as novas normas para aperfeiçoamento da política nacional de desenvolvimento de pessoas "configuram uma reforma administrativa já em andamento."

A realização da reforma administrativa foi anunciada

pela equipe de transição do atual governo em dezembro de 2022.

JOSÉ CELSO JR., secretário de Gestão de Pessoas, citou a realização do Concurso Nacional Unificado

Possibilidade de redução de juros

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que uma reforma administrativa pelo governo Lula (PT) é importante para a redução da taxa de juros.

Segundo Campos Neto, uma reforma administrativa sinaliza comprometimento com a política fiscal, com ajustes no lado das despesas do governo.

"Acabei de ler a notícia, não sei se é oficial ou não, (mas) estão falando de reformas administrativas. Há uma expectativa de que depois das eleições veremos algumas medidas. Isso é importante para que nós no Banco Central sejamos capazes de reduzir as taxas (de juros) de forma sustentável", declarou.

"Nossa missão é atingir a meta de **inflação**. E é muito difícil fazer isso quando há a percepção de que o fiscal não está ancorado", acrescentou, em evento promovido pela 20-20 Investment Association, em São Paulo.

O governo prepara medidas para ajustar as contas, depois de focar no equilíbrio fiscal por meio do aumento das receitas.

Na última semana, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que "chegou a hora" de levar a sério a revisão de gastos públicos no País.

CAMPOS NETO: expectativas

Campos Neto defende "choque fiscal" para juro menor

ANA FLÁVIA PILAR ana.costa@oglobo.com.br SÃO PAULO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu ontem que o Brasil deve continuar a adotar medidas estruturais para reduzir as taxas de juros de forma sustentável. Campos Neto disse que o país precisa de um "choque fiscal positivo" e defendeu a adoção e uma reforma administrativa pelo governo. Ele fez palestra em evento da Investment Association, na capital paulista.

Segundo o presidente do BC, o país conseguiu ter menores níveis de juros nos momentos em que houve maior confiança em relação ao cenário fiscal. Ele falou das reformas estruturais realizadas nos últimos anos e citou ajustes do primeiro governo Lula, quando houve superávit nas contas públicas; o teto de gastos, que "fez com que a curva de juros longos caísse e proporcionasse cortes sustentáveis na Selic"; a Reforma da Previdência e, mais recentemente, o projeto de arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**.

- Está muito claro que os momentos em que o Brasil conseguiu baixar as taxas e ter um juro mais estável por mais tempo foram momentos associados a uma percepção positiva do quadro fiscal -disse Campos Neto. O presidente do BC afirmou que há boas notícias sobre o crescimento econômico, com o **PIB** superando as expectativas do mercado, mas ponderou que, embora a **inflação** tenha convergido para a meta, o processo estagnou recentemente, e há "sinais de desancoragem". Campo Neto disse que, com o emprego aquecido, "o mercado de trabalho nos diz que precisamos prestar atenção na **inflação** de serviços bem de perto". Mas é a pressão inflacionária provocada pelo aumento dos gastos públicos que preocupa Campos Neto.

Segundo o economista, o mercado financeiro tem questionado a trajetória de aumento da dívida pública, o que provoca elevação dos juros futuros e percepção de que é "muito difícil" o país conviver com juros baixos.

-Nossa missão é atingir a meta de **inflação**. E é muito difícil fazer isso quando há a percepção de que o fiscal não está ancorado. (...) Em algum momento, o Brasil vai precisar ter algum tipo de programa que gere uma percepção de um choque fiscal positivo, se quiser

conviver com juros mais baixos - defendeu Campos Neto.

O presidente do BC mencionou discussões que estariam em andamento no governo federal sobre uma reforma administrativa.

- Hoje (ontem) li as notícias, e não sei se é oficial ou não, mas estão falando de reformas administrativas. Existe a expectativa de que, depois das eleições, veremos algumas medidas. Isso é muito importante para que nós, do Banco Central, sejamos capazes de reduzir as taxas de juros de forma sustentável - disse Campos Neto, avaliando que a adoção da medida sinalizaria mais comprometimento com a política fiscal.

O presidente do BC disse que, no cenário externo, as eleições americanas, possíveis políticas protecionistas e a desaceleração da economia da China preocupam pelo impacto na dinâmica da economia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tesouro Direto registra recorde em agosto

BERNARDO LIMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

As operações de investimento em títulos do Tesouro Direto, programa do Tesouro Nacional que permite às pessoas físicas investirem em títulos públicos, somaram R\$ 8 bilhões em agosto, o maior valor já registrado na série histórica. O programa terá o acesso ainda mais facilitado a partir do mês que vem, com a redução do aporte mínimo dos atuais R\$ 30 para R\$ 4.

Os resgates somaram R\$13 bilhões em agosto, também recorde. Desse valor, R\$ 2,98 bilhões foram relativos a re-compras e R\$ 9,97 bilhões a vencimentos, resultando em um resgate líquido -valor resgatado dos investimentos já com os impostos descontados -de R\$ 4,94 bilhões, informou o Tesouro Nacional.

O número de investidores ativos, que estão com saldo em aplicações no Tesouro Direto, cresceu em 4,7 mil pessoas, na passagem de julho para agosto, quando ficou em 2,665 milhões de investidores. O número de investidores cadastrados no programa aumentou em 303,5 mil, ou 16,2%, ante agosto do ano passado, totalizando 29,6 milhões de pessoas.

O valor médio por operação foi de R\$ 11.190,66 naquele mês, mas as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 56,4% das operações de investimento em agosto.

Para atrair ainda mais investidores, o valor mínimo de investimento será reduzido a partir de 18 de novembro, segundo o Tesouro Nacional e a Bolsa de São Paulo, a B3.

O preço mínimo para a aquisição de títulos passará a ser de 1% do valor do papel. Um título com preço unitário de R\$ 400 poderá ser comprado por R\$ 4. Segundo a B3, a mudança tem o objetivo de dar "mais flexibilidade para investimentos no Tesouro Direto"

"GIFTCARD" DO INVESTIDOR

As novas regras ampliarão também os limites máximos. Hoje, o investidor pode aportar no máximo R\$ 1 milhão por mês no programa. A partir de 18 de novembro, o limite passará a ser R\$ 2 milhões por mês.

Também está previsto o lançamento de um gift card, ou cartão-presente. O produto vai permitir que créditos

convertíveis em títulos públicos federais do Tesouro Direto sejam dados de presente a outros investidores.

A novidade ainda não tem data para ser lançada, mas, segundo a B3, deverá estar disponível até o fim deste ano.

O Gift Card B3 estará disponível para todos os títulos públicos federais negociados no Tesouro Direto. Será necessário preencher os dados do presenteado: nome completo, data de nascimento, CPF, e-mail e telefone, e fazer o pagamento do investimento via Pix.

GREVE SUSPENDE VENDAS

Apesar das novidades, hoje não será possível fazer operações de investimento no Tesouro Direto. A venda de títulos pela plataforma estará novamente suspensa por causa da greve de servidores do Tesouro Nacional, movimento iniciado em agosto.

Desde o mês passado, as vendas de títulos vêm sendo suspensas por causa da greve, sempre às terças-feiras. O investidor que tiver programado uma operação de compra para hoje deve reprogramar a operação. Já as operações de resgate, ou seja, recompra de títulos pelo Tesouro, seguirão normalmente, como ocorreu nas suspensões anteriores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Se o tema são bets, minha aposta é na educação (Artigo)

Any Ortiz

Any Ortiz

Deputada Federal

realidade econômica e social brasileira.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11243>

Recentemente, fomos surpreendidos por um levantamento do Banco Central que revelou que 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família gastaram cerca de R\$ 3 bilhões em apostas esportivas, as famosas bets, apenas no mês de agosto. Essa informação expõe um problema grave: a vulnerabilidade financeira de muitos brasileiros, agravada pela falta de conhecimento sobre como administrar o próprio dinheiro.

Em um país com baixo nível de alfabetização financeira e alto índice de endividamento nas famílias, precisamos de medidas mais concretas para estimular o pensamento crítico e o aprendizado sobre o uso consciente do dinheiro. Nesse contexto, a educação financeira surge como uma ferramenta fundamental, que deve ser introduzida desde a infância nas escolas.

Essa é uma causa que defendo desde o início da minha trajetória política, quando, como vereadora e deputada estadual, propus leis que incluíram a educação financeira no currículo das escolas municipais e estaduais. Como deputada federal, pretendo aprovar a mesma iniciativa na Câmara dos Deputados. Estender esse conhecimento aos próprios beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, é igualmente relevante. Por isso, apresentei uma emenda à Medida Provisória que institui o Bolsa Família, para tornar obrigatória a inserção de conteúdos de educação financeira para as famílias beneficiárias.

Incluir o tema no currículo básico vai além de uma medida preventiva; é uma iniciativa capaz de transformar a forma como as futuras gerações lidam com o dinheiro, permitindo que as pessoas administrem melhor seus próprios recursos, planejem o futuro e evitem o endividamento. Além disso, a educação financeira capacita os cidadãos a compreenderem melhor o uso do dinheiro público, contribuindo para um olhar mais crítico e consciente sobre os **impostos** que pagam. Por isso, ensinar educação financeira desde cedo pode ser o primeiro passo para promover uma mudança significativa na

Reflexos do PL que propõe maior tributação para bebidas e tabaco - MOVIMENTO ECONÔMICO

PATRICIA RAPOSO

O presidente do Sindaçúcar-PE e representante do movimento Acelera com Eta-nol, Renato Cunha, participa da 24a Conferência Internacional DATAGRO sobre Açúcar e Etanol, em São Paulo. O evento reúne autoridades do poder executivo e legislativo, cientistas e empresários, para discutir as pautas mais urgentes do setor.

Tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei 3978/2024 que propõe uma política de tributação para bebidas alcoólicas, tabaco, seus derivados e a desoneração de itens essenciais da cesta básica nacional. A iniciativa é da deputada federal Missionária Michele Collins (PP-PE).

A deputada acredita que o aumento da tributação sobre o álcool e o tabaco se refletirá na diminuição do consumo. Já em relação à desoneração de alimentos básicos, a proposta visa tornar os itens mais acessíveis, em especial para pessoas em situação de vulnerabilidade social. "A justiça social começa pela comida no prato", defende Michele Collins.

A elevação de **impostos** sobre bebidas alcoólicas e cigarro promoveria um natural incremento na arrecadação. Esses produtos, em geral, têm uma demanda menos elástica, o que significa que, mesmo com o aumento dos preços devido à maior tributação, o consumo tende a cair menos que a proporção do aumento dos **impostos**.

Por outro lado, a desoneração de itens da cesta básica resultaria em uma redução da arrecadação de **impostos** sobre esses produtos. Isso representaria um alívio fiscal que diminuiria a receita tributária.

Mas a medida poderia ter efeitos indiretos benéficos, como a redução de gastos públicos com saúde, devido à potencial queda no consumo de produtos prejudiciais à saúde e melhora na alimentação da população, aliviando a pressão sobre o sistema de saúde pública, resultando em economias de médio a longo prazo.

A proposta, inclusive, destina o excedente arrecadado ao financiamento de programas de saúde pública e de

combate às doenças associadas ao consumo de álcool e tabaco.

Mas há um risco: a tributação sobre álcool e tabaco pode estimular o crescimento do mercado informal, onde produtos contrabandeados oferecem alternativas mais baratas.

BOI GORDO

As recentes altas de preços do boi gordo - animal pronto para abate nos frigoríficos - devem fazer o preço da carne subir ainda mais para os consumidores. Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, o acém subiu 20,90%, alcatra 6,86%, o contra-filé, 10,26% e o coxão duro aumentou 13,24% nos últimos 12 meses.

FUSÃO

As companhias Azul e Gol voltaram a negociar uma fusão. A expectativa é que o anúncio do negócio ocorra ainda este ano. Mas a análise para aprovação junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) só deve prosseguir em 2025.

PLENAFISCO

De hoje até a próxima quinta-feira, Recife será palco da 9a Plenafisco, evento organizado pela Fenafisco em parceria com o Sindfisco-PE, reunindo auditores fiscais de todo o Brasil para debater temas como **reforma tributária**, renúncia fiscal e igualdade de gênero na administração pública. O evento acontece no Recife Expo Center.

SAL E BRASA

A rede Sal e Brasa Grill Express - marca de franquias do Grupo Sal e Brasa, há mais de 30 anos especializada em alimentação e referência no segmento de carnes, deve abrir mais duas lojas na região até o final do ano. A rede tem 11 lojas em Pernambuco espalhadas por seis cidades no Nordeste.

Sítio:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/sbyv/#p=1>

Mercado projeta inflação no teto

FERNANDA STRICKLAND

A economia brasileira enfrenta um cenário desafiador com a manutenção de pressões inflacionárias e taxas de juros elevadas.

Os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostraram que a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 subiu para 4,50%, atingindo o limite máximo da meta estabelecida pelo governo, que é de 3% com uma margem de 1,5 ponto percentual.

Combinada à **inflação**, está a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), elevada de 3,01% para 3,05% na pesquisa divulgada ontem. "Vemos pressões inflacionárias persistentes, que podem forçar o Banco Central a tomar medidas mais duras em relação à Selic, por enquanto mantida no Focus a 11,75% no ano", comenta Volnei Eyang, CEO da gestora Multiplike. "O crescimento do **PIB** de 3,05% previsto para 2024 reflete uma economia ainda resiliente, mas o cenário de juros altos pode limitar o avanço futuro", completa.

A expectativa de **inflação** para 2025 também subiu, passando de 3,96% para 3,99%, o que sugere que a economia poderá continuar enfrentando dificuldades para atingir a meta de controle de preços.

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo também não vê as novas estimativas com bons olhos. "Esse aumento pode ter sido levado pelo aumento da energia, pois ela atingiu um patamar de bandeira vermelha, ou seja, nível 2, isso realmente vai impactar o IPCA", afirmou.

Para o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), essa persistência inflacionária é atribuída a uma série de fatores, incluindo o aumento nos preços das commodities e choques externos que afetam a cadeia de suprimentos global. "O cenário internacional, combinado com questões locais como as incertezas fiscais e a volatilidade da moeda, continua pressionando os preços, especialmente no setor de importação de insumos industriais", disse.

As projeções para o **PIB** de 2025 permanecem em 1,93%, refletindo, possivelmente, o impacto das políticas de juros altos. Segundo Nogami, o crescimento mais lento é um reflexo da política monetária restritiva, que busca controlar a **inflação**, mas acaba por limitar a expansão econômica.

No caso da taxa Selic - a taxa básica de juros da economia - as estimativas foram mantidas em 11,75% para 2024. No entanto, para 2025, a expectativa subiu de 11% para 11,25%, o que indica que o Banco Central poderá manter uma postura de juros altos por mais tempo para conter as pressões inflacionárias. Para o professor do Insper, essa manutenção de juros elevados pode restringir o crescimento do crédito e do consumo, impactando setores que dependem de financiamentos acessíveis.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6553/22-10-2024>

A urgência da Reforma Administrativa (Artigo)

» *EdmilsOn PErEira Presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac)*

O assunto da vez, no Brasil, é a Reforma Administrativa, principalmente depois da divulgação de um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que apontou que o crescimento descontrolado da dívida pública provocará, nos próximos 50 anos, impactos profundos no Produto Interno Bruto (**PIB**) - isto é, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

A grande questão é que esse movimento pode atingir em cheio a saúde financeira das empresas brasileiras. E se isso não for discutido e modificado agora, as consequências serão desastrosas.

Só para se ter uma ideia, sem medidas estruturais imediatas, o prejuízo acumulado poderá ser superior a R\$ 1,375 trilhão, o que resultará em risco à sustentabilidade dos negócios.

Os cálculos do estudo indicam que, para cada ponto percentual (1 p.p.) de aumento na dívida pública em relação ao **PIB**, o Brasil perde cerca de R\$ 1,3 bilhão ao ano. Resultado: reduz a capacidade de investimentos do setor privado, eleva o custo do crédito e compromete a competitividade do país.

Conforme o levantamento da CNC, na última década, o Brasil apresentou um crescimento de 84%, com taxa média de 7% ao ano. Apesar disso, o aumento significativo dos gastos públicos, que avançaram a uma taxa média de 53% ao ano nos últimos 20 anos, contrapõem-se à ampliação de apenas 35% nas receitas. Em outras palavras, essa discrepância tem alimentado deficits consecutivos, forçando o governo a buscar mais endividamento e pressionando o setor produtivo com juros elevados e uma carga tributária crescente.

Outro ponto levantado é que, sem a Reforma Administrativa, o desequilíbrio das contas públicas exigiria um aumento de até 9% do **PIB** na carga tributária. A situação fiscal, portanto, não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam com uma das mais altas cargas tributárias do mundo.

Sem uma revisão urgente nos gastos públicos, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos **impostos**, comprometendo sua capacidade de competir e, principalmente, de crescer.

Ainda conforme os números da pesquisa, a dívida pública passou de 45,3% do **PIB** em 2008 para 77,8% em 2023, com tendência de crescimento contínuo. Esse aumento gera um círculo vicioso de endividamento, elevando o custo financeiro e limitando a capacidade do país de fazer investimentos públicos que impulsionariam o setor privado.

No frigor dos ovos, em 10 anos, a Reforma Administrativa poderia gerar uma economia de R\$ 330 bilhões, aliada à atração de novos investimentos por meio de privatizações e concessões.

Por tudo que foi dito, a situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, como impõe um fardo adicional às empresas. Só para se ter uma ideia, atualmente o Brasil tem uma carga tributária equivalente a quase 33% do **PIB**, uma das maiores do mundo. Isso é muito, considerado alto para padrões internacionais, e afeta diretamente a competitividade do setor empresarial. Além disso, mais de 96% das despesas do governo federal são obrigatórias, o que significa que há pouco espaço para ajustes discricionários, dificultando ainda mais a gestão fiscal.

Para nós do setor de serviços terceirizáveis, a Reforma Administrativa é um passo indispensável para garantir a eficiência do setor público e fortalecer a economia brasileira. A Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) acredita que o Brasil está em um momento crucial, em que decisões corajosas precisam ser tomadas para destravar o desenvolvimento de longo prazo. Assim como as reformas Previdenciária e Trabalhista trouxeram avanços, é hora de avançarmos na modernização da gestão pública, assegurando um Estado mais eficiente e focado em suas atividades essenciais.

Precisamos de uma administração pública mais enxuta, transparente e capaz de oferecer melhores serviços à população. A racionalização dos gastos públicos não apenas economizará recursos, como também abrirá espaço para que o setor privado, o verdadeiro motor da geração de emprego e renda,

possa atuar com mais liberdade e segurança. Defendemos um ambiente de negócios com segurança jurídica e estabilidade macroeconômica, em que a iniciativa privada possa prosperar e criar oportunidades.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6553/22-10-2024>

Desancoragem da inflação se acentua e impõe desafio ao BC

Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

A despeito das apostas de que a Selic pode subir acima de 13%, a visão dos agentes financeiros para a **inflação** exibiu piora consistente nas últimas semanas e as projeções para o IPCA no Focus para o fim de 2024 já estão no teto da meta perseguida pelo Banco Central (BC). Monitorando os riscos fiscais, uma atividade econômica robusta, a depreciação cambial e os efeitos da seca, que podem gerar pressões mais acentuadas nos preços de alimentos, as medidas de **inflação** "implícita" extraídas dos títulos públicos (NTN-Bs) também dispararam recentemente e já são negociadas em torno de 5,70% para todos os prazos.

A piora nas expectativas de **inflação** é generalizada e tem ganhado força nas últimas semanas. No Boletim Focus divulgado ontem, a mediana das projeções para o IPCA no fim de 2024 saltou de 4,39% para 4,50% - exatamente o teto da meta perseguido pela autoridade monetária. Já as estimativas para a **inflação** em 2025 também subiram, de 3,96% para 3,99%.

Contudo, tem sido ainda mais relevante o movimento observado pela **inflação** "implícita" extraída das NTN-Bs (títulos públicos indexados ao IPCA). De acordo com a Truxt Investimentos, a **inflação** "implícita" de dois anos saltou de 4,56% das mínimas registradas em meados de agosto - pouco mais de dois meses atrás - para 5,76% no fim de sexta-feira.

E apesar do forte movimento no mercado de **inflação**, ainda há espaço para que as taxas continuem subindo, segundo profissionais de mercado consultados pela reportagem do Valor.

O gestor de renda fixa Vagner Alves, da Kinea Investimentos, afirma que, mesmo após o salto das últimas semanas, a gestora mantém posições compradas em **inflação** "implícita" de curto prazo - ou seja, aposta em uma alta adicional das taxas. "Já teve um bom movimento, mas a gente acha que ainda tem uma assimetria de alta por alguns motivos", relata o gestor.

De acordo com ele, o fator mais importante para o movimento foi o choque observado recentemente nos preços do boi gordo. "Como a economia está forte e o mercado de trabalho está apertado, acreditamos que o repasse dessa alta do boi gordo para o consumidor vai

ser elevado. Também vemos alta em outros preços de alimentos", diz.

A segunda parte relevante da estratégia de compra das "implícitas" de curto prazo é a desvalorização recente do real. Alves explica que os Índices Gerais de Preços (IGPs) já começam a exibir aceleração e o IGP-DI no fim do mês pode ter avanço de quase 2%.

"Isso ainda está começando a bater nos preços do atacado e vai chegar de maneira mais relevante para o IPCA nos próximos seis meses.

Não achamos que o repasse já tenha acontecido. E acaba valendo a mesma ideia do repasse dos alimentos: com uma economia aquecida, o repasse da desvalorização do câmbio acaba também sendo elevado", afirma o gestor da Kinea.

Como os choques têm ocorrido no fim do ano, existe uma probabilidade grande de que a inércia inflacionária se traduza em reajustes maiores para o ano que vem, também nos itens ligados aos serviços. "O fato de terminar o ano com uma **inflação** acumulada em 12 meses mais alta, tanto no IPCA como no IGP, pode acabar fazendo com que haja surpresas nesses reajustes mais indexados à **inflação**. Basicamente, é a inércia da **inflação** atuando.

Acreditamos que a **inflação** de aluguel irá surpreender para cima nos próximos seis a oito meses, além dos preços de condomínio e educação", afirma Alves.

Na visão do gestor, a **inflação** deve terminar 2025 próxima dos 5% e as expectativas do Focus devem continuar a subir à frente, ainda que de forma mais lenta.

Guilherme Foureaux, sócio e gestor macro da Truxt, nota que há uma desancoragem muito grande da **inflação** "implícita" de dois anos à frente, muito acima do centro da meta, de 3%, mesmo com o início de um ciclo de aperto monetário.

"Quando o BC optou pela elevação da Selic, o prêmio até chegou a cair um pouco, mas durou muito pouco tempo e já voltou a aumentar", afirma. Para ele, os motivos estão associados tanto à **inflação** "cíclica", que tem piorado recentemente, quanto a fatores de

prazo mais longo, como a questão fiscal e a atividade econômica.

"A parte cíclica da **inflação** está piorando: os preços dos alimentos e de energia elétrica, que contribuem para o número "cheio" estão subindo. É um aumento da **inflação** que não pode ser combatido só pelo BC, já que a desancoragem é de 2,7 pontos. Mas a **inflação** de curto prazo não tem muito a ver com a Selic, ela é mais cíclica e tivemos esse problema de energia e de seca; os preços das carnes vão subir muito no fim do ano etc. O problema é que estamos juntando a parte cíclica com uma mais estrutural." Na avaliação de Foureaux, a dinâmica da dívida e as pressões da taxa de câmbio têm gerado um aumento dos prêmios de risco fiscais, o que tem impulsionado para cima a **inflação** "implícita". "Isso deixa a **inflação** de longo prazo bem desancorada e torna o trabalho do BC um pouco mais difícil", diz.

O gestor nota que a precificação da curva de juros aponta para uma Selic entre 13,25% e 13,5% em meados do próximo ano e, mesmo assim, a **inflação** embutida nos preços dos ativos está muito elevada. "É um quebra-cabeça complicado para o BC resolver." Foureaux, inclusive, vê chance de uma alta adicional da **inflação** "implícita", ao analisar que há componentes técnicos que podem influenciar os mercados. "O Tesouro tem optado por emitir LFTs, e não apenas títulos prefixados.

Se o BC tiver de subir muito os juros, essa estratégia pode ser alterada, já que as LFTs teriam um impacto até mais direto no custo da dívida. Assim, se em algum momento o Tesouro emitir prefixados, seria natural ver a curva de juros com mais prêmio no médio e no longo prazo." No momento, a Truxt mantém no portfólio dos fundos macro posições compradas (aposta na alta) na **inflação** de curto prazo.

Da mesma forma, o chefe da área de renda fixa da Ace Capital, Luiz Alberto Basqueira, afirma que a gestora continua pessimista com o comportamento da **inflação**, de modo geral, mas reduziu recentemente as posições devido ao nível dos preços dos ativos. "Reduzimos as posições em implícitas como um todo e "alongamos" um pouco. Os preços na parte curta estão mais consistentes com os riscos que vínhamos mapeando." A Ace também atribui boa parte do recente movimento da **inflação** "implícita" ao aumento expressivo nos preços do boi gordo. "Outras commodities também andaram recentemente, como as metálicas e algumas agrícolas, e o próprio câmbio tem se depreciado novamente.

A carne do boi foi destaque, porém não foi o único fator de pressão. Mas concordamos que a parte de alimentação ainda continua sendo o principal risco e a

maior fonte de pressão extra", diz.

Basqueira vê riscos de o movimento observado nas "implícitas" ser seguido pelas projeções do Focus nas próximas semanas. A média das projeções do boletim para o IPCA em 2025 subiu de 4,00% para 4,04% nesta semana. Além disso, a mediana dos últimos cinco dias avançou de 3,94% para 4% e mesma medida para o IPCA de 2026 subiu de 3,60% para 3,70%.

"A variação dos preços correntes, o comportamento das "implícitas" e outras métricas do Focus levam a crer que as projeções para o IPCA vão continuar subindo. Tudo isso deve dificultar a vida do BC e devemos continuar vendo o mercado, aos poucos, revisando a Selic no fim do ciclo para cima", afirma.

A Ace, neste momento, tem uma projeção de Selic em 12,5% no fim do ciclo, com viés de alta. "Ainda temos algumas posições tomadas [que apostam na alta] dos juros futuros dado o nosso viés para o fiscal e com um cenário externo que se mostra mais desafiador", diz.

"Com uma economia aquecida, o repasse da desvalorização do câmbio acaba sendo elevado" Vagner Alves

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188019>

Juros dependem de equilíbrio fiscal, diz Campos Neto

I CAROLINA ARAGAKI e LUIS LEAL I CÍCERO COTRIM e CÉLIA FROUFE

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que medidas para equilibrar as contas públicas são importantes para a política monetária, uma vez que a falta de confiança na política fiscal dificulta o processo de convergência da inflação para a meta. Para que possa haver juros mais baixos, afirmou ele, é preciso um choque fiscal positivo.

"Isso é muito importante para nós, no BC, para sermos capazes de diminuir os juros de forma sustentável. Porque, no fim, nossa missão é atingir a meta de inflação, e é muito difícil fazer isso quando existe uma percepção de que o fiscal está desancorado", afirmou ele, em evento em São Paulo.

O presidente do BC repetiu que, no mercado, parece haver alguma desconfiança sobre a capacidade de o novo arcabouço fiscal entregar as metas propostas.

Campos Neto citou a sinalização, dada pelo Ministério da Fazenda, de medidas de corte de gastos após as eleições, o que, segundo ele, seria positivo para o BC. Ele também voltou a dizer que, sempre que foi possível conviver com juros menores de forma sustentável no País, isso ocorreu por causa de um choque fiscal positivo.

AUTONOMIA. Com mandato só até dezembro, Campos Neto defendeu também que a autonomia financeira do BC. "Você precisa ter autonomia operacional, você precisa ter autonomia administrativa e você precisa ter autonomia financeira", disse ele, citando notas do avô, Roberto Campos. "E ele tinha uma nota abaixo disso, dizendo que o risco de não ter uma é acabar com nenhuma." O projeto de autonomia financeira do BC tramita hoje no Congresso, mas há a oposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diante do impasse, o relator do texto, senador Plínio Valério (PSDB-AM), já disse que a votação só deve acontecer no próximo ano.

-

Dólar e Bolsa operam de olho no fiscal e no cenário externo

A preocupação com a questão fiscal no Brasil continua no radar, mas o que deu o tom ontem no mercado foi o cenário externo. Nessa cesta, entrou desde a avaliação de que o republicano Donald Trump teria mais chances de ganhar as eleições nos EUA até a percepção de que o Federal Reserve (o BC americano) deve optar por um "nível moderado" no corte de juros aos sinais de instabilidade da economia na China.

O resultado disso foi que o dólar passou a maior parte do dia em alta, chegando a R\$ 5,70. No fim do pregão, porém, inverteu o sinal e fechou a R\$ 5,69, queda de 0,15%. O recuo foi atribuído a um "ajuste técnico" por operadores.

Já o Ibovespa, principal termômetro da Bolsa, marcou nova retração, agora de 0,11%, aos 130,3 mil pontos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Juro baixo por mais tempo demanda choque fiscal positivo, diz Campos

Gabriel Roca De São Paulo

Para que o Brasil consiga conviver com taxas de juros mais baixas de modo duradouro, é preciso algum tipo de choque fiscal positivo. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que voltou a relacionar períodos na história recente do Brasil no qual houve uma melhora na percepção fiscal por parte dos agentes de mercado com períodos em que os juros puderam cair de forma consistente.

"Toda vez que o Brasil conseguiu cortar os juros nos últimos anos e mantê-los baixos por algum tempo, tivemos medidas fiscais que permitiram isso", apontou Campos Neto, lembrando, por exemplo, do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o governo foi capaz de entregar superávits fiscais consecutivos, e da aprovação do teto de gastos durante o governo de Michel **Temer**.

Hoje, segundo ele, há uma falta de confiança de parte do mercado sobre se o arcabouço fiscal conseguirá entregar suas promessas.

"Está ficando claro que se o Brasil quiser ter juros baixos de modo estrutural, precisa criar algum tipo de choque fiscal positivo em algum ponto do tempo", disse, em evento em São Paulo.

Campos Neto apontou durante a palestra que o noticiário do dia discutia algumas medidas relacionadas à reforma administrativa e que "há expectativas que, depois das eleições, iremos ver algumas medidas". "Isso é muito importante para nós, no BC, para que possamos reduzir os juros de maneira sustentável. Porque nossa missão é entregar a meta de **inflação** e é muito difícil fazer isso quando não há perspectiva de que o fiscal está ancorado", apontou.

O dirigente ainda avaliou que a **inflação** vinha convergindo no Brasil, mas deu sinais de estagnação recentemente. "Começamos a ver alguns sinais de desancoragem da **inflação**, vindo das pesquisas de mercado, das companhias e da **inflação** implícita. A situação do mercado de trabalho nos diz que precisamos ter muita atenção com a **inflação** de serviços.

Precisamos ter certeza que a **inflação** convirja e por isso decidimos que os juros precisavam voltar a subir. A meta é definida pelo governo e nosso papel é perseguir a meta de **inflação**", afirmou o presidente do BC.

Campos Neto chamou a atenção para o fato de os juros estarem muito altos no país, mas as condições financeiras não terem se mostrado tão apertadas. Segundo ele, isso é uma questão que ocorre em todo o mundo. "O fiscal explica apenas parte disso", apontou.

A autoridade disse que há boas notícias vindas do crescimento no Brasil, que vem surpreendendo há bastante tempo, e que parte disso se dá pela parte estrutural, com as reformas feitas nos últimos anos, que vêm se refletindo também no forte desempenho do mercado de trabalho. Por outro lado, existe algum temor, segundo ele, que outra parte deste crescimento forte também se dê por conta da expansão fiscal ocorrida recentemente.

No cenário internacional, o dirigente afirmou que não vê o assunto fiscal muito presente nos debates relacionados à eleição americana. "Quando você olha para as eleições americanas, ninguém está muito preocupado com o fiscal. Há três grandes dimensões nas eleições americanas: uma é a ausência do debate fiscal; outra é o protecionismo; outra é a imigração." Segundo ele, a resultante de todas essas propostas, debatidas pelos partidos republicano e democrata, seria uma pressão inflacionária maior no futuro.

Observando as expectativas para a trajetória da política monetária nos Estados Unidos, Campos Neto afirmou que há alguma flutuação sobre os cortes de juros no país e que outros países acabam acompanhando essa oscilação. "Nos EUA, após o corte de 0,5 ponto [promovido pelo Fed na última decisão], era imaginada uma sequência de cortes iguais, mas o Fed afastou um pouco essa ideia", disse.

"Toda vez que o Brasil conseguiu cortar os juros e mantê-los baixos tivemos medidas fiscais que permitiram isso" Roberto Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188019>

Mercado já vê inflação em 4,5%, teto da meta no ano

I CÍCERO COTRIM/BRASÍLIA

A projeção mediana do mercado para o IPCA neste ano passou de 4,39% para 4,5%, exatamente no teto da meta de **inflação**, de acordo com os dados do novo relatório Focus, divulgado ontem pelo Banco Central.

Para 2025, a estimativa oscilou de 3,96% para 3,99%. Em ambos os casos, o alvo a ser alcançado pelo BC é de 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo.

Ainda pelo Focus, o mercado manteve, pela terceira semana consecutiva, a estimativa mediana de 11,75% para a Selic no fim de 2024. Em compensação, a projeção para 2025 avançou de 11% para 11,25%, uma indicação de que o mercado vê pouco espaço para um afrouxamento monetário ao longo do ano que vem.

Já em relação ao **PIB**, a projeção agora é de uma variação de 3,05%, pouco acima dos 3,01% que apareceram na pesquisa divulgada semana passada. O número ainda permanece acima da estimativa feita tanto pelo Banco Central quanto pelo Ministério da Fazenda, de crescimento de 3,2% em 2024.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Riscos fiscais e geopolíticos pautam reunião do FMI

ALINE BRONZATI/ CORRESPONDENTE

Ministros das finanças e banqueiros centrais de todo o mundo se reúnem nesta semana, em Washington, para as reuniões anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O encontro ocorre em meio a desafios fiscais, enquanto o mundo tenta fazer um "pouso suave" e teme o potencial de escalada dos conflitos no Oriente Médio. O evento vai até o sábado.

A comitiva brasileira será liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e conta ainda com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Uma novidade será a estreia do atual diretor de Política Monetária e futuro chefe do BC, Gabriel Galípolo, nos encontros do FMI. Uma das agendas da equipe econômica brasileira será com a agência de classificação de risco Fitch Ratings, na esteira da melhora recente da nota do País pela Moody's.

Para a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, não há motivos para gritos de vitória nas reuniões anuais do organismo por três motivos. O primeiro é que as economias devem passar a conviver com um maior nível de preços na esteira da pandemia. A segunda razão é um ambiente geopolítico difícil. Por fim, há uma "combinação implacável de baixo crescimento e alta dívida", que aponta para um "futuro difícil" para a economia global.

Estudo do FMI indica que a dívida pública global deve quebrar a marca de US\$ 100 trilhões neste ano e pode subir cerca de 20 pontos percentuais do **PIB** mundial em um cenário adverso severo, mas plausível. O quadro pode se agravar mais em países como o próprio Brasil, além de outros como França, Itália, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, de acordo com a análise do Fundo, publicada na semana passada como parte dos encontros anuais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Commodities puxam aceleração de prévia do IGP-M

Alessandra Saraiva Do Rio

A **inflação** apurada pela segunda prévia do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) acelerou de 0,47% em setembro para 1,37% em outubro, informou a Fundação Getúlio Vargas nesta segunda-feira, 21. Foi a maior taxa para segunda prévia desde abril de 2022 (1,85%), informou André Braz, economista da FGV. O resultado foi impulsionado por commodities mais caras no atacado.

Com o desempenho, a taxa do indicador em 12 meses acelerou para 5,44%, a mais forte desde dezembro de 2022 (5,79%), acrescentou Braz. Para o especialista, o IGP-M deve continuar a acelerar até seu fechamento, cujo resultado completo será divulgado em 30 de outubro.

Ao detalhar as razões por trás da disparada da segunda prévia, Braz destacou o comportamento dos preços do atacado, que representam 60% do IGP-M. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa o setor atacadista, acelerou de 0,52% para 1,76% da segunda prévia de setembro para igual prévia em outubro. "Foram muitas commodities em alta e todas com grande peso na formação do IPA", explicou.

Braz refere-se aos aumentos, na segunda prévia de outubro, em minério de ferro (5,96%) e soja em grão (4,50%): justamente os dois itens de maior peso no cálculo do IPA. Enquanto o preço do minério subiu mais devido a movimentos especulativos, a soja ficou mais cara por condições mais erráticas de oferta.

Ele comentou que o clima mais volátil, devido às alterações climáticas, afetou muito a oferta de itens de pecuária e de lavouras mais expressivas, no país. O milho também ficou 5,78% mais caro, na segunda prévia de outubro, acrescentou.

No caso da pecuária, houve fortes aumentos de preços em carne bovina (12,92%) e em bovinos (8,36%), também na segunda prévia do mês.

Agrícolas mais caros, no atacado, não são boa notícia para **inflação** dos alimentos no varejo, admitiu Braz. O repasse de aumentos de matérias-primas agrícolas para respectivos derivados junto ao consumidor vai ocorrer em algum momento, admitiu o técnico.

Por enquanto, o grupo Alimentação, no varejo, permanece em deflação (de -0,20% para -0,04%).

Braz diz que a deflação menos intensa ajudou na aceleração do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Da segunda prévia de setembro para igual prévia em outubro, o IPC, que representa 30% do IGP-M, foi de 0,20% para 0,34%.

"Outro motivo para taxa maior do IPC foi a energia elétrica, que também subiu", acrescentou.

Houve alta de 4,76% na tarifa de eletricidade residencial, na segunda prévia de outubro, devido à adoção de bandeira vermelha na tarifa, mais cara.

Sobre o possível início de um novo ciclo de aceleração da família dos Índices Gerais de Preços (IGPs), o economista ponderou que, para mensurar tendências, sempre é melhor ter um período mais prolongado de resultados, e não somente um único desempenho de aceleração, mas admitiu que no momento "há mais fatores de aceleração do que de desaceleração" a impactar o IGP-M.

Já o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), 10% do IGP-M, passou de 0,65% para 0,57%, da segunda prévia de setembro para igual prévia em outubro.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188019>

Vendas do Tesouro Direto têm maior valor da história

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet somaram R\$ 8,01 bilhões em agosto, divulgou ontem o Tesouro Nacional. Este é o maior valor mensal desde a criação do programa, em 2002, superando o recorde anterior de março de 2023, quando as vendas tinham somado R\$ 6,84 bilhões e bateram recorde.

Em relação a julho, as vendas subiram 24,6%. Na comparação com agosto do ano passado, o volume subiu 150,5%. Os dados foram divulgados com quase um mês de atraso por causa da greve dos servidores do Tesouro Nacional, que paralisaram a venda de títulos do programa três vezes em menos de um mês.

Dois fatores contribuíram para o alto volume de vendas em agosto. O primeiro foi o vencimento de títulos de longo prazo corrigidos pela **inflação**, que foram trocados por papéis novos. O segundo foi a forte emissão de títulos corrigidos pela Taxa Selic (juros básicos da economia), cujas emissões mensais atingiram R\$ 3,34 bilhões e só perderam para março de 2023, quando tinham somado R\$ 4,32 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores em agosto foram os corrigidos pela **inflação** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), cuja participação nas vendas atingiu 46,6%. Os títulos vinculados à Selic corresponderam a 41,7% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 7,8%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 2,4% das vendas. Criado em agosto do ano passado, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,5% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano, de maio e agosto deste ano, foi elevada para 10,75% ao ano. Com a expectativa de novas altas, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à **inflação** também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da **inflação** oficial nos próximos meses. O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 141,54 bilhões no fim de agosto, queda de 2,64% em relação a julho (R\$ 145,39 bilhões), mas alta de 16,4% em relação a

agosto do ano passado. A queda ocorreu porque os resgates superaram as vendas em R\$ 4,94 bilhões no último mês, com o volume recorde de vencimentos dos títulos vinculados à **inflação**.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7C6650AA136795810992EB6857E48134DDC1AEE0D4A328B10FE46F2442F6A9A39417E4D52734DE0D7DE75ED8C91C523BB053DB82497765A70EFF34743C0182ECA41DD8FD9188F23F356A4B9DF5D8F9309BA212183B5F6C9D48945B63CC108154256B00E2DF6E3EE433E362C2AC0F4ED852DCEE6A174F5642B3730

Mercado eleva previsão da inflação de 4,39% para 4,5%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do País - passou de 4,39% para 4,5% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu de 3,96% para 3,99%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está no teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7C6650AA136795810992EB6857E48134DDC1AEE0D4A328B10FE46F2442F6A9A39417E4D52734DE0D7DE75ED8C91C523BB053DB82497765A70EFF34743C0182ECA41DD8FD9188F23F356A4B9DF5D8F9309BA212183B5F6C9D48945B63CC108154256B00E2DF6E3EE433E362C2AC0F4ED852DCEE6A174F5642B3730

Mercado eleva previsão da inflação de 4,39% para 4,50%

A previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao K Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - passou de 4,39% para 4,50% este ano. A estimativa está no Boletim Focus dessa segunda-feira (21), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu de 3,96% para 3,99%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está no teto da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua e, assim, o CMN não precisará mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em setembro, puxado principalmente pela conta de energia elétrica das residências, a **inflação** no país foi de 0,44% após o IPCA ter registrado deflação de 0,02% em agosto. De acordo com o IBGE, em 12 meses o IPCA acumula 4,42%.

Juros básicos

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e as incertezas em torno da **inflação** fizeram o colegiado elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano. Após passar um ano nesse nível, a taxa teve seis cortes de 0,5 ponto e um corte de 0,25 ponto, entre agosto do ano passado e maio deste ano. Nas reuniões de junho e julho, o Copom decidiu manter a taxa em 10,5% ao ano.

A próxima reunião do Copom está marcada para 5 e 6 de novembro, quando os analistas esperam um novo aumento da taxa básica. Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 11,75% ao ano.

Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 11,25% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9,5% ao ano e 9% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6418&edicao=135683>

Projeções sobem para inflação e PIB deste ano

Economistas do mercado financeiro mantiveram as projeções para a taxa de juros (Selic) neste ano. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o índice ficou em 11,75% pela terceira semana consecutiva. O resultado reforça a expectativa dos analistas de aumento dos juros em 0,5 ponto percentual pelo Comitê de Política Monetária (Copom) nas suas duas próximas reuniões, em novembro e dezembro.

Há mais de um mês, a estimativa intermediária estava em 11,75%. Considerando apenas as 50 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa também se manteve em 11,75% na última semana. A mediana para os juros no fim de 2025 subiu de 11% em 11,25%, sinalizando que o mercado vê menos espaço para cortes na Selic ao longo do próximo ano. A mediana para os juros no fim de 2026 continuou em 9,50%, como está há oito semanas. A projeção para o fim de 2027 seguiu em 9,0%, estável há 22 semanas.

A estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2024 subiu pela terceira semana consecutiva, passando de 4,39% para 4,50%. Para 2025 também foi elevado de 3,96% para 3,99%. A projeção para 2026 permaneceu em 3,60%, enquanto a estimativa para 2027 se manteve em 3,50%, estável há 68 semanas.

A meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, em 2024 e em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Para o produto interno bruto (**PIB**), a mediana das projeções de 2024 avançou de 3,01% para 3,05%. A previsão para 2025 foi mantida em 1,93%. A estimativa para 2026 permanece nos mesmos 2,0% há 63 semanas. A projeção também está em 2,0% para 2027, há 65 semanas. (Correio Braziliense)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/10/projecoes-sobem-para-inflacao-e-pib-deste-ano.html>

Dólar à vista fecha em queda de 0,15%, a R\$ 5,690

AGÊNCIA ESTADO

Depois de ter passado a maior parte do pregão com viés de alta, o dólar à vista passou a ceder e registrou nova mínima intradia a R\$ 5,6879 minutos antes do fechamento, devido a um movimento de ajuste técnico.

Ainda assim, a demanda pela divisa americana subiu nesta segunda-feira, 21, entre divisas fortes e a maior parte dos emergentes, com o mercado trabalhando com a possibilidade de um retorno do ex-presidente Donald Trump ao comando dos Estados Unidos e de que o Federal Reserve (Fed) corte o juros a "nível moderado", além de incertezas sobre o crescimento da China. Aqui, a preocupação com as contas públicas do País também segue no radar, bem como uma deterioração das expectativas de **inflação**. O dólar à vista fechou em queda de 0,15%, a R\$ 5,6904. Às 17h21, o contrato para novembro caía 0,04%, a R\$ 5,7040. Já o DXY, que mede o dólar ante uma cesta de rivais fortes, subiu 0,47% (103,982 pontos), após superar 104 pontos pela primeira vez desde agosto na máxima do dia.

A inversão de sinal da divisa americana em relação ao real poucos minutos antes do fechamento ocorreu por um movimento de realização e ajuste técnico pontual depois de ter ficado na faixa de R\$ 5,70 a maior parte do pregão, segundo o economista-chefe da Equador Investimentos, Eduardo Velho, para quem havia uma expectativa no mercado sobre uma intervenção do Banco Central no câmbio, ainda que a autoridade monetária não tenha dado nenhum sinal neste sentido.

Na parte da manhã, o dólar à vista tocou máxima intradia de R\$ 5,7351 e mesmo durante a tarde a divisa apresentava um viés de alta. Segundo economista-chefe da Equador Investimentos, o mercado trabalha com um aumento de risco geopolítico em eventual retorno de Trump nos Estados Unidos.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6364>

Por que o Ocidente deveria estar mais atento à alta do ouro

Mohamed El-Erian Financial Times

Algo de estranho aconteceu com o preço do ouro ao longo dos últimos 12 meses. Ao bater um recorde atrás do outro, o metal parece ter se descolado de seus fatores influenciadores tradicionais, como os juros, a inflação e o dólar. Além disso, a consistência de sua ascensão contrasta com as flutuações em situações geopolíticas cruciais.

As características que estão sendo mostradas pelo ouro sob chuva ou sol sinalizam algo que vai além da economia, da política e dos acontecimentos geopolíticos de maior frequência. Mostram uma tendência comportamental cada vez mais persistente na China e nos países que são "potências médias", mas também em outros. E essa é uma tendência à qual o Ocidente deveria prestar mais atenção.

Nos últimos 12 meses, o preço da onça troy de ouro nos mercados internacionais aumentou quase 40%, de US\$ 1.947 para US\$ 2.715.

É interessante notar que essa alta foi relativamente linear, com qualquer eventual recuo servindo apenas para atrair mais compradores.

Isso ocorreu apesar das oscilações tempestivas nas projeções de juros, da grande faixa de variação dos rendimentos dos títulos do governo dos EUA, da volatilidade cambial e da queda da inflação.

Alguns podem ficar tentados a reduzir a importância do desempenho do ouro, considerando-o como parte de um aumento generalizada nos preços de ativos. Uma alta que, por exemplo, fez o índice S P valorizar-se cerca de 35% em 12 meses. Essa correlação, contudo, por si só já é incomum. Outros atribuirão a alta ao risco de conflitos militares que resultaram na perda de vidas e dos meios de subsistência de tantos civis inocentes, paralelamente à destruição maciça de infraestrutura. No entanto, a trajetória do preço sugere que pode haver muito mais em jogo.

As compras consistentes por bancos centrais estrangeiros têm sido um importante impulsionador da força do ouro. Esse movimento não parece estar relacionado apenas ao desejo de muitos de diversificação gradual de suas reservas, afastando-se da forte dominância do dólar, apesar do

"excepcionalismo econômico" dos EUA.

Também existe um interesse em explorar possíveis alternativas ao sistema de pagamentos baseado no dólar, que está no cerne da arquitetura internacional há 80 anos.

Pergunte por que isso vem ocorrendo e o normal será você receber uma resposta que menciona uma perda geral de confiança na gestão americana da ordem mundial e dois desenvolvimentos específicos.

Você vai ouvir sobre como os EUA transformaram as tarifas comerciais e as sanções a investimentos em armas, o que se soma ao menor interesse americano em um sistema multilateral cooperativo e baseado em regras, em cuja criação o próprio país teve papel fundamental há 80 anos.

Você também ouvirá sobre a capacidade da Rússia de continuar com seu comércio exterior e de expandir a economia, apesar de alguns bancos do país terem sido expulsos em 2022 do Swift, o sistema internacional que rege a maioria dos pagamentos internacionais. A Rússia conseguiu isso criando um sistema alternativo rudimentar de comércio e pagamentos, que envolve um punhado de outros países.

Embora ineficiente e custoso, esse sistema permitiu à Rússia driblar o dólar e manter um conjunto central de relações econômicas e financeiras internacionais.

Além disso, há o aspecto relacionado ao conflito no Oriente Médio, onde os EUA são vistos por muitos como um apoiador incoerente tanto dos direitos humanos fundamentais quanto da aplicação do direito internacional. Tal percepção foi amplificada pela forma como os EUA protegeram seu principal aliado contra uma resposta a ações amplamente condenadas pela comunidade internacional.

O que está em jogo aqui não é apenas a erosão do papel dominante do dólar, mas também uma mudança gradual no funcionamento do sistema mundial. Nenhuma outra moeda ou sistema de pagamento tem as condições, ou a disposição para deslocar o dólar do núcleo do sistema, e há um limite prático para a diversificação das reservas.

Ainda assim, um número cada vez maior de pequenos canais vem sendo construído para contornar esse núcleo; e um número cada vez maior de países está interessado, e cada vez mais envolvido.

O que vem acontecendo com a cotação do ouro não é apenas incomum em termos dos fatores econômicos e financeiros tradicionais que a influenciam. Também vai além das influências apenas geopolíticas e engloba um fenômeno mais amplo, que vem ganhando um impulso secular.

À medida que isso crie mais raízes, existe o risco de que fragmente materialmente o sistema global e enfraqueça influência internacional do dólar e do sistema financeiro dos EUA. Isso impactaria a capacidade dos EUA de dar forma e influenciar os resultados e enfraqueceria sua segurança nacional. É um fenômeno ao qual os governos ocidentais deveriam prestar mais atenção. E ainda há tempo para corrigir o rumo, embora não tanto quanto alguns esperariam.

40% foi a alta aproximada da onça troy em 12 meses, a US\$ 2.715

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188019>